

**MOVIMENTOS SOCIAIS,
EDUCAÇÃO E CIDADANIA**
Um Estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares

Alexandre do Nascimento

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

1999

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA
Um Estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares

Alexandre do Nascimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Dissertação: MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E
CIDADANIA: UM ESTUDO SOBRE OS
CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES.**

Elaborada por: ALEXANDRE DO NASCIMENTO

Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 18 de março de 1999.

**Dra. Maria Julieta Costa Calazans
Orientadora da Dissertação**

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos Sociais, Educação e Cidadania: Um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares**. Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Julieta Costa Calazans. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 1999. Dissertação de Mestrado em Educação.

Resumo

Este estudo, que constitui minha Dissertação de Mestrado em Educação, descreve e analisa a história, as concepções e as práticas político-pedagógicas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, tomando como base os dados colhidos através de análise de documentos, observação e depoimentos das principais lideranças do Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), movimento criado em 1993 na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro.

O texto parte da discussão sobre a educação no atual contexto sócio-político, identifica questões a serem aprofundadas sobre a relação entre movimentos sociais, educação e projeto político-pedagógico, examina as idéias de democracia e cidadania, incorporando os conceitos de autonomia, identidade e interculturalismo, descreve a história dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no Estado do Rio de Janeiro, os princípios e as práticas presentes no Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

O objetivo principal do estudo foi analisar a relação entre Movimentos Sociais, Cidadania e Educação, investigando a prática político-pedagógica dos cursos Pré-Vestibulares Populares, especificamente do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Além disso, o estudo tenta verificar as possibilidades dos Cursos Pré-Vestibulares Populares como movimento de construção de relações educacionais democráticas.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Ivan e Lusia.

Ao meu Filho Matheus Zama.

Aos companheiros do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares, que teimam em não engrossar o exército dos sem esperança, acreditando em uma sociedade mais justa.

Agradecimentos

Meus agradecimentos à professora Dra. Maria Julieta Costa Calazans, minha grande mestra e orientadora, pelas valiosas sugestões, pelo incentivo, pelos livros emprestados, pelo ambiente maravilhoso que me proporcionou durante o período de orientação.

À professora Dra. Edil Paixa Vasconcellos, pela orientação inicial e pela força e atenção dispensada nos momentos problemáticos e angustiantes que vivi durante o Mestrado.

À professora Dra. Lilian do Valle, pelos convites à reflexão, através dos debates e textos sempre úteis e, principalmente, por ter sido através dela que conheci a obra de Castoriadis, tão importante para a elaboração desta dissertação.

Aos colegas que me incentivaram e foram fundamentais durante o Mestrado: Gil, Joana, Mônica, Wagner, Anakeila. Espero tê-los para sempre como amigos.

Aos professores e colegas do Mestrado em Educação da UERJ, por tudo que trocamos e aprendemos juntos ao longo desta caminhada.

A José Carlos Esteves e Frei David Raimundo dos Santos, pelas valiosas informações que foram muito importantes para a elaboração desta dissertação.

A Ivanir dos Santos e demais companheiros do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, pelo apoio e confiança.

A Antonio Dourado, compadre, afilhado, amigo inseparável e companheiro de trabalhos pedagógicos, poesias, conversas de bar, lutas políticas – entre as quais a fundação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e do Pré-Vestibular Popular Popular

Zumbi dos Palmares. Sua existência é tão importante, que sinto-me orgulhoso por ele ser meu amigo e muito feliz por ele ser belo, por ele negro, por ele ser o que é.

À professora e colega de Mestrado Vânia Fernandes, por ser a mulher que me fez apaixonar por educação.

Ao meu pai Ivan, que muito antes de Zumbi dos Palmares me ensinou a indignar-me diante da injustiça. E a minha mãe Lusía, pelas sua luta, sua dedicação e seu amor. Sem tudo o que ela me deu este momento não estaria acontecendo.

Aos meus avós Joaquim e Maria, negros e lindos, que mesmo nascendo numa época em que o racismo impedia o voto e o aprendizado da leitura, acumularam tanto saber que as muitas coisas me ensinaram e continuam me ensinando foram fundamentais para que eu compreendesse a necessidade de lutar por justiça.

À minha tia Maria da Glória, pelo carinho e apoio que foram fundamentais para manter o equilíbrio necessário ao desenvolvimento deste trabalho num momento difícil da minha vida.

À minha prima e mulher que deu um filho, Andréa Regina.

À Bianca, companheira, namorada e amante, que conheci nas aulas de Cultura e Cidadania do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares, por seu amor, carinho, dedicação e, principalmente, pelo sorriso e brilho nos olhos que me fazem viver mais feliz.

A todos e todas que porventura eu possa ter esquecido de mencionar aqui, mas que foram e são muito importantes para a realização deste trabalho.

A Zumbi dos Palmares.

Aos Orixás.

Sumário

INTRODUÇÃO, 1

CAPITULO I - A EDUCAÇÃO COMO PROJETO POLÍTICO, 11

- I.1 A educação no cenário social e político brasileiro, 11
- I.2 Movimentos Sociais, Educação e Projeto Político, 18

CAPITULO II - CONCEITOS E IDÉIAS, 33

- II.1 A idéia de democracia, 35
- II.2 A idéia de cidadania, 47
- II.3 Autonomia e Identidade, 55
- II.4 Interculturalismo, 60

CAPITULO III - CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES, 67

- III.1 Histórico Geral dos Cursos Pré-Vestibulares no Rio de Janeiro, 67
- III.2 Os Cursos Pré-Vestibulares como Movimentos Sociais, 72
- III.3 O Pré-Vestibular para Negros e Carentes, 76
- III.4 Bases de um Projeto para os Cursos Pré-Vestibulares Populares, 91

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 96

BIBIOGRAFIA, 101

Introdução

É no nível das massas, as únicas que podem realizar uma nova sociedade, que é preciso examinar o nascimento de novas motivações e de novas atitudes capazes de levar à realização do projeto revolucionário.

Cornelius Castoriadis

A construção da cidadania no Brasil é um processo historicamente relacionado à capacidade de luta e de organização da sociedade. Diante da exclusão de parcelas significativas da população brasileira de direitos fundamentais (o que acontece desde a colonização e atinge preferencialmente alguns grupos sociais, como os negros e índios), da diversidade de problemas e questões que se apresentam como desafios para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, organizaram-se e continuam organizando-se vários movimentos sociais.

Nesse processo histórico de busca, ainda inconclusa, de cidadania, a luta pela concretização do direito à educação formal aos classes populares e grupos sociais que tiveram e continuam tendo negada esta possibilidade não é uma novidade no Brasil. Somente nesse século, vários movimentos sociais que se organizaram para conquistar, de fato, o direito à escolarização.

No Brasil, essa população é praticamente excluída do ensino superior. Fatores como a condição sócio-econômica dessa população, a baixa qualidade do ensino básico nas escolas públicas são freqüentemente apontados como causas da pouca participação de estudantes oriundos de setores populares nas universidades – especialmente as universidades públicas.

É o caso dos cursos pré-vestibulares organizados para preparar estudantes oriundos de grupos sociais marginalizados para os vestibulares, que se popularizaram na década de 90. Tratam-se de iniciativas educacionais de trabalhadores em educação e comunidades, destinadas a uma parcela da população é marginalizada e colocada em situação de desvantagem pela situação de pobreza que lhe é imposta.

Acrescenta-se a isso o fato de que nesses cursos há preocupações políticas que permeiam os seus discursos e práticas, que vão desde atividades educacionais que visam desenvolvimento de consciência (de classe, racial, de gênero, social, etc.) até a organização e formulação de propostas que visam facilitar a entrada de estudantes de classes populares no ensino superior e democratizar o acesso à educação e ao conhecimento.

Para o autor, esses elementos caracterizam preocupações que vão muito além do mero preparo para os vestibulares e, apesar das dificuldades da época presente, explicitam a insistência de setores populares da sociedade em acreditar que há razões para prosseguir lutando pela vida e por um outro projeto de sociedade.

É importante explicitar que estamos denominamos de *populares* os grupos sociais que vivem em condições impostas de exploração, dominação, esmagamento de identidade e negação de direitos fundamentais, como direito ao trabalho, terra, moradia, remuneração digna, cuidados com a saúde, acesso à educação formal, reconhecimento cultura e participação política, com destaque para a população negra, que entre outros problemas ainda enfrenta um fator decisivo de bloqueio à sua participação na sociedade: a discriminação racial.

Por outro lado, surgem no seio desses grupos sociais formas criativas de luta, participação e atitudes que capazes de levar à construção de um outro projeto. Ou seja, formas de enfrentamento de problemas que nos permite visualizar o novo, como a criação de cursos pré-vestibulares. Essa é, para nós, uma outra característica dos setores populares. Por isso, denominamos esses cursos de *Cursos Pré-Vestibulares Populares*.

Esse tipo de luta popular não é uma novidade dos anos 90. Muitas experiências se constituíram nos anos 70 e 80, mas é na década de 90 que o trabalho de preparação para o vestibular numa perspectiva crítica, transformadora e preocupada com a emancipação humana ganhou força e se popularizou.

Como um dos fundadores e professor do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes e do Curso Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares, ambos no estado do Rio de Janeiro, muitas questões causaram e continuam causando inquietação, provocando reflexões e críticas aos meus pressupostos e convicções. São questões que estão presentes nos discursos e nem sempre conseguem se estabelecer nas práticas e

ações concretas das organizações populares e muitas vezes impedem o fortalecimento de suas lutas. Além disso, algumas concepções em torno das quais os movimentos sociais se organizam, como justiça, democracia, cidadania, autonomia, identidade, pluriculturalismo, multiculturalismo e interculturalismo merecem reflexão permanente. Tratam-se, para nós, de interrogações eminentemente políticas, que necessitam de aprofundamento e elucidação.

O presente trabalho de dissertação de Mestrado em Educação, na área de Produção Social do Conhecimento, que pretende ser um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares e contribuir para o fortalecimento da luta pela conquista da cidadania, começou a nascer por ocasião da fundação do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes, em São João de Meriti, Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Fundação que se deu em 05 de junho de 1993, com o objetivo principal de instituir um trabalho de ensino pré-vestibular aliado ao combate à exclusão social e discriminação racial, verificadas nos baixos índices de participação de negros nas universidades brasileiras. Este estudo é também, resultado da prática político-pedagógica que venho desenvolvendo nos próprios cursos populares desde 1993, como professor e coordenador.

A criação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes produziu, no final de 1993, uma grande demanda de estudantes e, a partir de 1994, a organização de outros cursos na Baixada Fluminense e Município do Rio de Janeiro. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes cresceu, organizou-se em vários núcleos e se tornou a experiência mais expressiva entre os diversos Cursos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro.

Embora o Pré-Vestibular para Negros e Carentes seja o principal sujeito do nosso estudo, a organização de Cursos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro começou acontecer anteriormente, como o Curso Pré-Vestibular da Associação de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1986.

Porém, como estamos trabalhando essencialmente com a observação dos cursos que surgiram na década de 90, tomamos como marco o Curso Pré-Vestibular *Mangueira Vestibulares*, criado em 1990 para atender aos estudantes de baixa renda da comunidade do Morro da Mangueira e adjacências, por ser um dos referenciais do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, além de ser uma experiência comunitária expressiva que se tornou muito conhecida pelas suas preocupações com uma pedagogia crítica.

O tema de estudo colocou-me frente a um problema: o desafio de investigar e analisar um Movimento Social no qual sou militante, professor e um dos fundadores. Neste desafio, tentei evitar as certezas adquiridas, verdades prontas e não abandonar o compromisso com construção do conhecimento, que implica em alguns momentos um certo distanciamento em relação ao campo de análise para não comprometer o caráter científico do estudo.

Entretanto, e evidentemente com o rigor e cuidados necessários ao trabalho acadêmico, me senti à vontade para realizar essa tarefa. Sem abdicar do objetivo político de refletir sobre os problemas de uma prática social na qual estou engajado, de elucidar questões e formular idéias para a luta por uma democracia sem disfarces e leis

inexoráveis, mas por uma democracia (*"deliberação comum, construção coletiva de autonomia e instituição de formas de participação plena na vida social"* (Castoriadis, 1987)) esse estudo pretende ser uma contribuição para a compreensão da relação entre movimentos sociais e educação, examinando e incorporando conceitos e idéias à reflexão sobre democracia, analisando as contradições do contexto político e educacional contemporâneo e sistematizando elementos da história dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, as concepções, as práticas e os conflitos observados na dinâmica do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, sempre na perspectiva de construir bases de um projeto político.

Partindo da discussão sobre a educação no atual contexto sócio-político e da nossa própria prática, identificamos questões a serem aprofundadas sobre a relação entre movimentos sociais, educação e projeto político-pedagógico. E, através do que é denominado, no trabalho acadêmico, pesquisa bibliográfica, examinamos as idéias de democracia e cidadania, incorporando os conceitos de autonomia, identidade e interculturalismo.

A leitura de documentos, a convivência com coordenadores, professores e alunos, a observação direta e as entrevistas realizadas com as principais lideranças dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, forneceram elementos importantes e fundamentais para a análise. Das entrevistas utilizamos os fragmentos mais expressivos.

Como militante, professor e um dos fundadores do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes e do Curso Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares sinto-me

privilegiado por participar ativamente das suas atividades e, ao mesmo tempo, desenvolver um estudo para sistematizar e aprofundar o conhecimento sobre a experiência que ajudei a construir.

Vale ressaltar, que a sistematização e análise das organizações populares que trabalham com educação são de fundamental importância num país onde as forças políticas que dominam e governam não demonstram vontade política de resolver os problemas sociais que maltratam a população e onde a história das lutas populares não são contadas e tendem a cair no esquecimento.

Além disso, o texto tenta refletir sobre as bases de um projeto alternativo que construa sentido e fortaleça a luta e as ações político-pedagógicas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

O objeto de estudo, o problema e os objetivos da pesquisa

Nesta dissertação tomo como objeto de estudo os Cursos Pré-Vestibulares Populares, especificamente o Pré-Vestibular para Negros e Carentes o qual, trabalhando com a questão racial e com a perspectiva de articular diversos grupos e setores populares, se tornou a experiência mais expressiva.

Como um estudo sobre os Cursos Pré-Vestibulares Populares – especificamente sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes - este trabalho se propõe a analisar as concepções, as práticas, as possibilidades e os limites dessa nova forma de organização

popular e ação política e educativa, que reúne um grande número de pessoas engajadas e, para nós, pode ser *gérmen* de uma ação político-cultural que tem como perspectiva principal a construção de novas relações sociais e a democratização da educação. Tomamos como objetivo principal de análise o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, que é a maior organização de Pré-Vestibular Popular, articulando mais de 60 núcleos na Baixada Fluminense e Município do Rio de Janeiro.

Em nossa perspectiva, as questões específicas que se colocam são as seguintes:

1. Há autonomia e construção de identidade nas práticas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares?
2. Sobre que bases pode-se construir os projetos políticos dos Cursos Pré-Vestibulares Populares?

Emerge, portanto, das questões acima o problema da nossa investigação. Na perspectiva de elucidar e refletir sobre essas questões, nos importa analisar, na dinâmica dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, especificamente o Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes, seus históricos, suas concepções e práticas.

Propõe-se ainda uma reflexão sobre um projeto que possa se traduzir em propostas para o campo educacional e formas de relações sociais alternativas à discriminação e à exclusão social.

Em suma, neste trabalho importa-nos conhecer dimensões, concepções, categorias, estratégias dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e elaborar idéias, desenvolvendo os aspectos a seguir:

1. Discussão a relação entre educação, projeto e Movimentos Sociais;
2. Discussão sobre democracia, incorporando os conceitos de autonomia, identidade e interculturalismo;
3. Análise do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes – história, concepções que presidem suas práticas e conflitos – na perspectiva das idéias de democracia, autonomia, identidade e interculturalismo;
4. Discutir os desafios e as possibilidades dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no processo de democratização da educação e construção de projetos político-pedagógicos alternativos.

Uma breve descrição dos capítulos

O presente trabalho é composto de três partes fundamentais e uma bibliografia. No Capítulo I – **A educação como projeto político** – é realizado um exame do neoliberalismo, projeto hoje dominante nas propostas das forças políticas que governam o Brasil e a uma breve análise da relação entre movimentos sociais, educação e projeto, caracterizando as questões desde trabalho.

No Capítulo II – **Conceitos e idéias** – analiso as idéias de democracia e cidadania, suas relações e desdobramentos, incorporando nessa discussão os conceitos de autonomia, identidade e interculturalismo, como questões fundamentais para os movimentos sociais e para a educação.

No Capítulo III – **Cursos Pré-Vestibulares Populares** – retomo o histórico geral dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro, analiso o papel desses cursos como movimentos sociais e sistematizo a experiência do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, seus princípios, objetivos, organização e práticas. No final do capítulo, faço uma discussão sobre as bases de um projeto político para os Cursos Pré-Vestibulares Populares.

Nas **Considerações finais**, faço uma reflexão a respeito da importância e dos desafios dos Cursos Pré-Vestibulares Populares, enfatizando a questão do projeto político.

Capítulo I

A EDUCAÇÃO COMO PROJETO POLÍTICO

I.1 - A educação no cenário social e político brasileiro

Numa tentativa de resolver a crise de acumulação capitalista deflagrada, em escala mundial e iniciada nos anos 70, as elites internacionais adotaram um novo modelo político-econômico, chamado por muitos de neoliberal. Esse modelo, implementado nos países desenvolvidos a partir da década de 1970, tem como pressuposto básico a redefinição dos papéis econômicos e políticos do Estado.

O neoliberalismo utiliza como estratégia governamental, a redução de gastos do Estado com as políticas sociais, o que vem fazendo com que os Estados diminuam o nível de proteção social às suas populações.

Demo (1995), mesmo alertando que um fenômeno tão complexo não poderia ser resumido em cinco pontos, aponta como características desse modelo:

a) privilégio das relações de mercado como regulador da economia e da sociedade;

b) liberdade de iniciativa privada produtiva como expoente maior da realização humana histórica, à qual todas as outras liberdades se submetem, inclusive os direitos humanos e a equidade; (Grifos nossos)

c) concepção de Estado mínimo e subserviente ao processo produtivo, acompanhada de atitude agressiva contra empresas estatais, gastos públicos, funcionalismo etc; mesmo cabendo ao Estado compensar as mazelas do mercado, geralmente reconhecidas como inevitáveis(...) deve sobretudo preservar “as leis do mercado”;

d) entendimento tendencial das políticas sociais como gasto duvidoso, tática de controle e desmobilização popular, esquema de acomodação da mão-de-obra, expediente de clientelismo e paternalismo; a pobreza é inevitável e mormente produto da incompetência diante das relações de mercado, já que somente o “competente” se estabelece;

e) hipostasia do mercado como instância intocável, regido por leis dadas, às quais toda e qualquer história precisa de curvar, quer se trate de relações comerciais entre países, blocos e regiões, que se trate de relações sociais em plano micro-social.

Dentro da concepção neoliberal de Estado e relações sociais, o mercado transformou-se em uma instituição a-histórica, acima das pessoas e da sociedade. A privatização das coisas públicas é uma das suas marcas principais.

No Brasil, o modelo político e econômico adotado a partir do governo do presidente Fernando Collor de Melo enquadra-se às características gerais do projeto neoliberal. Para entender as estratégias desse projeto no Brasil, é importante compreender que esse é processo internacional mais amplo.

A presente tentativa nacional de conquista hegemônica apenas segue, talvez de forma atrasada, um processo que se inaugurou em países centrais como os Estados Unidos e Inglaterra com os primeiros governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. A construção da política como manipulação de afeto e do sentimento; a transformação do espaço de discussão política em estratégias de convencimento publicitário; a celebração da suposta eficiência e produtividade da iniciativa privada em oposição à ineficiência e ao desperdício dos serviços públicos; a redefinição da cidadania pela qual o agente político se transforma em agente econômico e o cidadão em consumidor, são todos elementos centrais importantes do projeto neoliberal global. É nesse projeto

global que se insere a redefinição da educação em termos de mercado. (Silva, 1996a).¹

Especificamente no campo educacional, as políticas orientadas pelo modelo neoliberal, atacaram e continuam atacando a escola pública a partir de estratégias privatizantes, subordinando os objetivos da escola aos objetivos da empresa. Esse processo tem como uma das finalidades a conformação dos trabalhadores aos requisitos de aumento da competitividade empresarial.

A privatização da escola não significa necessariamente a entrega da educação à iniciativa privada, mas fazer a escola pública funcionar de acordo com as regras do mercado. Ou seja, uma privatização que se dá

mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades e a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias. Uma política de reforma cultural que, em suma, pretende negar e dissolver a existência mesma do direito à educação (GENTILI, 1995).²

¹ Silva, Tomaz Tadeu da. “A nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia”, in *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação* (1996).

² Gentili, Pablo. “Adeus à Escola Pública: A desordem neoliberal, a violência eo mercado e o destino da educação das maiorias”, in *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação* (1995).

A impressão que temos é que estamos atualmente diante de um conjunto de medidas de uma reforma política e cultural que pretende destruir a compreensão de que a educação é um direito. Para Gentili (1995), dissolver a existência do direito à educação é uma das condições importantes para realizar com êxito as políticas antidemocráticas do neoliberalismo. Tomaz Tadeu da Silva coloca essa questão da seguinte forma:

A presente ofensiva neoliberal precisa ser vista não apenas como uma luta em torno da distribuição de recursos materiais e econômicos (que é), nem como uma luta entre visões alternativas de sociedade (que também é), mas sobretudo como uma luta para criar as próprias categorias, noções e termos através dos quais se pode definir a sociedade e o mundo (Silva, 1996a).

Através da redefinição de termos como “direitos”, “cidadania”, “democracia”, o neoliberalismo estreita e restringe o campo social, cultural e político, esmagando as identidades culturais e obrigando as pessoas a viverem num ambiente de competitividade e individualismo. Quando “*a democracia educacional é redefinida como a democracia do consumo no supermercado educacional*” (Silva, 1996a), a educação deixa de ser “direito do cidadão”, passando a ser “direito do consumidor”.

Para o sucesso de suas estratégias, o neoliberalismo precisa despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado. Apenas as necessidades do mercado passam a ser importantes. Com isso, estreita-se a noção de relações sociais, ignorando-se as relações de poder entre classes, entre raças e etnias, entre sexos, embora os discursos educacionais defendam a pluralidade.

A conjugação desses elementos – transformação da educação em direito do consumidor, sua despolitização e subserviência às regras do mercado - constitui uma verdadeira pedagogia de exclusão, da qual as principais vítimas são as classes populares, os grupos étnicos historicamente discriminados e desfavorecidos. Para a educação pública essa é uma questão crucial, pois

basicamente, o projeto educacional neoliberal busca deslocar a educação da esfera pública para a esfera privada. O objetivo do projeto neoliberal de educação é o de, gradualmente, retirar a responsabilidade pela educação institucionalizada da esfera pública do controle do estado e atrelá-la ao controle e à gerência das empresas privadas. Nessa operação, a educação não apenas passaria ao controle total de empresas privadas, mas estaria orientada diretamente pelas necessidades e exigências de mão-de-obra das empresas capitalistas (SILVA, 1996a).

Essa redefinição de educação como treinamento para o mercado é notoriamente discriminatória e pode acentuar as desigualdades, na medida em que as mudanças propostas visam as crianças e jovens de classes populares. As classes e grupos sociais privilegiados continuaram a ter acesso aos conhecimentos que lhes garantam desenvolvimento intelectual e sua posição econômica, política e social.

No Brasil, o projeto de educação que vem se apresentando à sociedade não foge a essa lógica. Caminha-se para a constituição de dois sistemas de educação: um para os que podem pagar, cuja essência é a formação geral e propedêutica, com vistas a possibilitar a continuidade dos estudos. Outro, destinado às classes populares e grupos sociais não pertencentes à esfera do poder, constituído de mero treinamento de mão-de-obra e de uma produção de identidades determinadas. Ao que parece, este último pretende dar terminalidade aos estudos, impossibilitando sua continuidade. Trata-se de acessos diferenciados ao conhecimento, que não só estabelecem lugares de classe (dominantes e dominados), mas que também estabelecem o lugar dos grupos discriminados.

As políticas neoliberais colocam a sociedade brasileira diante de questões cruciais. Questões que tem que ver com a inclusão e exclusão sociais, com o pertencimento ou não pertencimento à esfera da cidadania. Questões que comprometem as propostas do ideal democrático e o direito à educação de qualidade.

Tornam-se necessários um novo projeto de sociedade e propostas alternativas que possam ser colocadas em prática. Mas também torna-se fundamental a criação de condições culturais sobre as quais um novo projeto adquira sentido para a sociedade.

Compreender a importância do fortalecimento da escola pública para a democracia e a justiça social, propor projetos alternativos e políticas públicas democráticas para a educação, criar novas pedagogias, propor conteúdos curriculares que valorizem a história, a cultura, a reflexão e facilitem o surgimento de autonomia, buscar participação nos debates e nas definições das prioridades políticas, em suma, lutar pela construção das instituições sociais democráticas – entre as quais a escola – são questões que convidam as lideranças e os militantes de movimentos sociais e organizações populares à reflexão sobre seus projetos, sobre suas práticas e a pensarem na possibilidade de um amplo movimento social pela democratização da educação.

I.2 - Movimentos sociais, educação e projeto político

O tema *Movimentos Sociais* surgiu como campo de análise das ciências sociais e políticas na América Latina, na década de 70, como consequência da emergência de várias manifestações e ações coletivas nesse período.

Embora não seja nosso propósito um estudo aprofundado a respeito do que foi produzido sobre o tema, cabe dizer que as análises sobre os Movimentos Sociais geraram amplos debates e uma rica produção teórica. Essa vasta produção é,

evidentemente, resultado de um processo em que surgiram diferentes movimentos sociais. A repressão da “ditadura civil-militar” para suprimir e calar aqueles que insistiam em reivindicar participação política, fechando os canais de articulação, teve o efeito oposto, ou seja, incentivou o surgimento de manifestações populares por moradia, terra, consumo, cultura etc e, de certa forma, politizou a sociedade, que através dessas manifestações passou a exigir a democratização da política.

A educação ocupa um papel de destaque na dinâmica e no conjunto das reivindicações dos movimentos sociais. Nas várias formas de lutas, sindicais, comunitárias, agrárias, culturais, dos novos movimentos sociais, a educação faz parte das atividades. Sejam nas reivindicações por mais escolas, por novas pedagogias e conteúdos curriculares, no desenvolvimento de atividades de formação de seus participantes ou em campanhas de conscientização da sociedade, a educação ocupa uma posição de grande importância.

Num estudo sobre Educação e Movimentos Sociais, Maria da Glória Gohn (1992) aponta, na produção teórica sobre esta temática, o desenvolvimento de dois campos específicos: da educação popular e das ciências sociais.

No Brasil, os primeiros trabalhos teóricos sobre a relação entre a educação e os movimentos sociais se situam nos trabalhos educativos desenvolvidos em áreas rurais e no campo da educação popular, ao final dos anos 70.

Na década de 80, a produção acadêmica sobre essa temática se desloca principalmente para a análise dos movimentos sociais urbanos (mulheres, negros, moradores de bairros, etc.), que são iniciativas autônomas de grupos ou entidades da sociedade civil, com programas de educação associados à formação política de seus atores e formação de quadros para a direção de movimentos, sindicatos e partidos políticos.

No contexto político da década de 80 (abertura política, reorganização partidária, retomada das lutas populares, surgimento dos “*novos movimentos sociais*” etc), onde emergiram ações coletivas para as mais variadas lutas, surgiu um tipo de experiência de educação para trabalhadores/estudantes que, mais tarde, tornou o Estado do Rio de Janeiro arena de uma nova forma de mobilização, articulação e educação popular: os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Organizados pela sociedade civil, esses cursos são direcionados aos estudantes de classes populares e de grupos sociais discriminados.

Existem atualmente mais de uma centena de cursos populares, só no Estado do Rio de Janeiro. Alguns desses cursos são estritamente comunitários, atuando apenas no preparo de estudantes pobres para o vestibular. Outros cursos, entretanto, atuam de forma mais abrangente, através de práticas que não se restringem apenas ao ensino de conteúdos para o vestibular, mas que também direcionam suas ações para um questionamento da instituição educativa e como luta para romper as barreiras que impedem o acesso de parcelas discriminadas e economicamente desfavorecidas da população ao ensino formal, especificamente ao Ensino Superior.

Esses últimos – aqui denominados Cursos Pré-Vestibulares Populares – com a perspectiva de atuação política e transformadora, procuram investir na formação de seus participantes, desenvolvendo eventos e discussões que abordam temas políticos, econômicos, sociais, culturais, raciais e de gênero, valorizando as ações coletivas e a organização popular.

Preocupados não apenas com a aprovação de seus alunos no vestibular, esses cursos incorporam na sua dinâmica estudos que têm como objetivo a apropriação crítica da história e da cultura das populações discriminadas e marginalizadas, das contradições e conflitos da realidade social. Alguns são projetos de Organizações Não Governamentais, Sindicatos e outras Entidades da Sociedade Civil, como o Curso Pré-Vestibular do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), fundado em 1986; outros são iniciativas populares autônomas, com organização e objetivos próprios, como a Associação Mangueira Vestibulares (1990) e o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (1993).

Entre essas experiências, destacamos o Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes, pelo número de pessoas e núcleos que agrega, pela expressão que adquiriu e por seus objetivos. Criado em 1993, em São João de Meriti, Rio de Janeiro, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes é constituído por mais de 60 núcleos espalhados pela Baixada Fluminense, interior do estado e Município do Rio de Janeiro.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes tornou-se referência para várias outras experiências de cursos populares, no Rio de Janeiro e em outros estados da federação.

Existem cursos nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, criados a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Além de ser a experiência que fez com que se proliferassem os Cursos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro e outros estados, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes incorporou outras categorias na luta das classes desfavorecidas e excluídas. A questão da desigualdade racial entre negros e brancos é, segundo seus fundadores, a questão principal para esse Pré-Vestibular.

Como elemento importante de análise, podemos apontar que *grupo social* é uma categoria que emerge com a ação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, quando este se organiza no sentido de combater as desigualdades de oportunidades educacionais entre negros e brancos, e propõe o debate sobre discriminação racial na educação. A categoria *classe social* embora não tenha perdido a validade “*é demasiadamente ampla para dar conta de situações específicas no interior das classes subalternas*” (Valla, 1998). Vale dizer que *subalternidade* é um conceito que “*não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política*” (Martins, 1989), sentido que anteriormente atribuímos a categoria *grupos populares*.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes traz, na definição de seus princípios, um novo significado ao conceito de *ação afirmativa*³ para o embate em torno da

³ Ação Afirmativa é um termo que surgiu nos Estados Unidos e que denota, além da simples extinção da prática discriminatória, qualquer medida adotada para corrigir e/ou compensar por atos discriminatórios passados ou presentes, bem como para prevenir novas ocorrências de discriminação; “*é a denominação geral de ações destinadas a superar e compensar os efeitos da discriminação passada e, assim, prover oportunidades iguais para grupos que foram historicamente discriminados de forma negativa, especialmente os afrodescendentes*”. (Ribeiro, 1996:8)

democratização do acesso à educação. Trata-se da idéia de ação afirmativa não somente como instituição de políticas públicas direcionadas a determinados grupos sociais, o que em parte diverge das definições oficiais.

O Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI), por exemplo, define ação afirmativa como

um conjunto medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (GTI, 1997)

Entendida dessa maneira, a idéia ação afirmativa apresenta o limite de não combater diretamente as causas da discriminação e do racismo. O próprio Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra enfatiza que:

as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (GTI, 1997)

Para o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, ação afirmativa é definida como

ação coletiva de afirmação de identidade e luta por relações econômicas, políticas, sociais e culturais democráticas (PVNC, 1998).

Essa definição amplia a noção de ação afirmativa para que abarque, além da idéia medidas governamentais, o papel da sociedade civil sobre a questão da democracia, das identidades e das relações de poder entre os diferentes grupos sociais.

Além disso, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes produz uma grande demanda, o que provoca importantes debates no campo educacional. Desde sua fundação, novos núcleos têm sido criados e é cada vez maior o número de estudantes que atende. Suas ações político-pedagógicas não se restringem ao trabalho de sala de aula, mas, fundamentalmente, à tentativa de formar novos quadros para a organização popular e desenvolver ações que visem democratizar o acesso ao ensino superior.

Como um ação coletiva popular e, portanto, como um movimento social, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes construiu a possibilidade de transformar o trabalho de educação popular, através do ensino pré-vestibular, em uma forma de ação político-cultural e articulação popular, além de fortalecer a luta de combate ao racismo, à discriminação e à exclusão. Seu surgimento proporcionou expressão ao trabalho popular de preparação de estudantes para o vestibular e, de certa forma, fortaleceu a luta das entidades e organizações que atuam no combate à discriminação e no questionamento da atual (e quase hegemônica) lógica neoliberal de relações sociais.

Entretanto, nas práticas do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – e, talvez, nas práticas de outros Cursos Pré-Vestibulares Populares – observamos a existência de problemas que prejudicam suas atuações. O pragmatismo da maioria dessas organizações muitas vezes impede análises mais aprofundadas e ações mais expressivas sobre o contexto e o campo no qual atuam. Há uma certa ausência de reflexões necessárias sobre os caminhos a trilhar. Ou seja, há uma questão ainda não presente na agenda do Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Qual é o projeto político?.

Torna-se necessário, portanto, o aprofundamento teórico sobre alguns aspectos que dizem respeito ao campo de intervenção dos Cursos Pré-Vestibulares, para o fortalecimento das suas práticas. Esse aprofundamento passa pela elucidação sobre alguns conceitos e idéias. Democracia, cidadania, autonomia, interculturalismo, entre outros, são conceitos que aparecem nos discursos e propostas sociais e educacionais oficiais, e como preocupações de pesquisadores, educadores e organizações da sociedade civil.

Embora estejamos de acordo que são preocupações legítimas e importantes, parece-nos fundamental e urgente a reflexão sobre esses conceitos, sob pena de que as ações político-pedagógicas populares fundamentadas nessas concepções, buscam apenas a integração dos grupos que representam à lógica do mercado, que é a lógica da liberdade privada, da acumulação de capital sem limites éticos, da desigualdade social, da discriminação racial e da exclusão.

Além disso, as questões educacionais não podem ser tratadas de maneira descontextualizada, sem considerar os aspectos políticos, sociais e econômicos e o projeto de sociedade, a partir dos quais os discursos, as propostas e as ações se desenvolvem.

Portanto, o elemento em torno do qual estão concentradas as preocupações deste trabalho é o Projeto Político, pois como já foi apontado, a tarefa daqueles que lutam por relações sociais mais democráticas, é a construção de condições culturais, sociais e materiais que contribuam para a emancipação humana. Por isso, o projeto é a nossa questão fundamental.

“Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político por que se trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela concidadania responsável em um amplo debate”
(Marques, 1996).

Cabe ressaltar ainda que, neste trabalho, um projeto político não é concebido como uma construção a partir de definições prévias, mas como uma construção permanente que se alimenta do saber que o fundamenta e do fazer que constantemente o (re)constrói, das identidades e formulações autônomas dos próprios sujeitos sociais. Não há uma relação de dependência entre projeto e movimento social, mas um movimento social não se fortalece sem que tenha projetos. A história nos confirma isso.

Tomemos, então, a fala do Professor Antonio Dourado, um dos fundadores do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e coordenador do Pré-Vestibular Popular Zumbi dos Palmares, do Município de Belford Roxo, Baixada Fluminense:

O projeto político-pedagógico determina a ação e essa mesma ação retorna ao projeto político-pedagógico propondo a sua reelaboração. Quando o indivíduo age, esta ação acaba por determinar a reelaboração do projeto.

Embora não haja clareza na definição de projeto, há nessa afirmação a preocupação em relacionar projeto e ação. Esta relação é, aliás, uma preocupação das lideranças e militantes mais politizados, ou seja, aqueles que concebem o Pré-Vestibular para Negros e Carentes como luta política. Talvez por isso, esta relação aparece constantemente nos discursos das lideranças dos Movimentos Sociais Populares.

Pode-se dizer o mesmo sobre educação e projeto, pois como prática e, portanto, como ação, a educação se constrói a partir de um projeto, mesmo que o educador não tenha consciência disso. Projetos econômicos, políticos, culturais, pedagógicos determinam as políticas educacionais, os valores e finalidades da educação. Em qualquer proposta educacional, alienadora ou emancipadora, essa relação é de fundamental importância, pois, como afirma Lilian do Valle,

queiramos, ou não, o domínio da educação é sempre, e continuamente, o do projeto. Trabalha com o que ainda não está aí, com a construção, com a antecipação. A educação é o

projeto de criação do mundo humano, pela criação do homem que o habita (...) Por isso educação é forçada a se pensar como atividade imaginária, imaginar o mundo e o homem que se prepara (Valle, 1995).

Portanto, para a educação que se pretende emancipadora essa relação é de fundamental importância. O conceito de imaginário social abre algumas possibilidades de reflexão. Cornelius Castoriadis, em sua *Instituição imaginária da sociedade*, fornece uma grande contribuição. No pensamento desse autor, o imaginário social, muito mais que *imagem de*, é potência criadora que circunscreve a práxis social. Entretanto, a emancipação da sociedade não decorre naturalmente da simples existência desse poder criador, mas requer que a sociedade lance mão dessa capacidade de criação. O imaginário social é o “*poder criador, poder instituinte e coletivo através do qual a sociedade se cria a si própria, criando seus valores, suas formas de prática social e material, suas relações e símbolos*” (Valle, 1997a).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que um projeto alternativo não apresenta apenas novas propostas. Fruto do poder criador da imaginação, um projeto alternativo apresenta-se sobre novas bases e propõe novas formas, novas relações, novas práticas. Esse é um grande desafio intelectual e político diante do projeto neoliberal, que tem como uma de suas principais estratégias a tentativa em convencer as pessoas que a história acabou e que, portanto, não há mais nada a fazer, senão se conformar, já que, de uma vez por todas, o mercado será o regulador das relações sociais. O neoliberalismo estabeleceu a “*época do conformismo generalizado*” (Castoriadis, 1992).

Para que os movimentos sociais populares proponham projetos alternativos, é mister, em primeiro lugar, que se tenha nitidez das concepções sobre as quais deve se basear. Significa produzir os fundamentos a partir dos quais devem se desenvolver as práticas e as propostas desses movimentos. Significa, de uma forma mais ampla, construir sentido para as suas lutas.

Neste sentido, a tarefa daqueles que se ocupam da análise das práticas sociais consiste em elucidar a dominação e desigualdades humanas e pensar a construção de condições que facilitem surgimento da autonomia individual e coletiva, através de uma reconceituação da política que amplie sua esfera e coloque no centro de suas preocupações os grupos historicamente dominados, discriminados e desfavorecidos, aceitando desta maneira o desafio de visualizar um novo projeto de sociedade a partir das práticas populares.

Para Castoriadis (1992), a política é *projeto de autonomia: atividade coletiva refletiva e lúcida visando a instituição global da sociedade*” e define seu objetivo como sendo o de “*criar instituições, que interiorizadas pelos indivíduos, facilitem ao máximo seu acesso à autonomia individual e à possibilidade de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade.*

É dever da crítica teórica elucidar o mundo e as relações que nele se estabelecem. Na tarefa de construção de um projeto, a elucidação de questões básicas constitui-se como uma das funções primeiras. No contexto dessa análise três questões se apresentam como fundamentais para entendermos a relação entre Movimentos

sociais, Democracia e Educação, na perspectiva de um novo projeto de sociedade e uma nova política cultural: a autonomia, a identidade e a interculturalidade.

Parece-nos, a partir do nosso próprio engajamento em lutas sociais, das observações, do exame de documentos e preocupações presentes nas falas de lideranças e militantes, que autonomia, identidade e interculturalismo são de vital importância, tanto para pensar um projeto ação política, quanto para o debate sobre democratização e construção de uma educação de qualidade e formadora de cidadãos.

Duas considerações tornam-se pertinentes para a reflexão sobre os conceitos de autonomia, identidade e interculturalidade. Primeiro, que esses conceitos devem fazer parte das elaborações de propostas educacionais que se pretendem democráticas. Consideramos tais conceitos essenciais em qualquer reflexão sobre políticas públicas, educação, pedagogia, currículo e formação de cidadãos.

Segundo, a elucidação sobre autonomia, identidade e interculturalismo são importantes para os movimentos sociais, na análise das relações políticas, na compreensão da exclusão social e na construção de alternativas democráticas.

Pode haver democracia numa sociedade que, tendo proclamado que a educação inspira-se nos princípios da *“liberdade e nos ideais de solidariedade humana”*⁴, da *“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”*⁵ e tem por finalidade *“o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da*

⁴ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 2º.

⁵ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 1º.

*cidadania*⁶, continua a existir e a se reconstituir as tamanhas desigualdades, especialmente entre seus grupos étnico/raciais? Como educar para a emancipação numa sociedade onde um dos principais processos é o esmagamento das identidades e diversidades?

De acordo com Alan Touraine (1996), *“defender e produzir a diversidade em uma cultura de massa torna-se o grande desafio para a democracia”*. E acrescenta que a democracia é *“uma tentativa de articular unidade e diversidade, liberdade e integração... associação de regras constitucionais comuns e a diversidade de interesses e culturas”*.

O que está colocado, para nós, é eminentemente do campo da política. Trata-se de abrir uma discussão sobre democracia, considerando os conceitos de autonomia, identidade e interculturalismo, na perspectiva de construir princípios e formular idéias que contribuam na reflexão sobre um projeto político-pedagógico para os Pré-Vestibulares Populares. O debate sobre democracia aponta questões importantes, relacionadas a um possível horizonte para as lutas populares e como fundamentação para um novo projeto de educação.

Assim, a democracia torna-se categoria central para a nossa análise. Isso não significa que outras categorias são menos importantes. Significa considerar a democracia mais que um projeto e um processo de deliberação e construção de justiça social, cidadania e oportunidades iguais de acesso ao conhecimento. Uma sociedade

⁶ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Art. 2º.

democrática é aquela em que há igualdade política, social e econômica, respeito e valorização da diversidade de raças e culturas.

Por isso, a democracia é a idéia central deste trabalho, pois na análise dos Cursos Pré-Vestibulares Populares nos parece possível discutir o potencial desse movimento na construção de um projeto político democrático de educação. E muito mais que um projeto, nos parece possível pensar em processo: um processo de participação autônoma da sociedade na conquista e instituição de novas relações sociais e pedagógicas, sendo os Movimentos Sociais práticas constitutivas dessas relações.

São os movimentos sociais fortes e autônomos – que arrastam tanto os dirigentes quanto os dirigidos – os únicos que têm possibilidade de resistir ao domínio do Estado autoritário (Touraine, 1996).

Capítulo II

CONCEITOS E IDÉIAS

A identidade não pode ser encontrada dentro de estruturas autoritárias e, mais que isso, exclui a uniformidade: só pode se desenvolver na diversidade, que requer um cenário político no qual “todas as vozes, todas” possam ser ouvidas. (...) os novos movimentos sociais detêm uma posição chave para qualquer projeto emancipatório.

Cornelius Castoriadis

A reflexão sobre democracia é uma discussão que produziu e produz, ao longo da história das idéias políticas, várias abordagens, desdobramentos e propostas. Por isso, é uma teorização inacabada, e talvez nunca o seja.

Mas, a reflexão sobre democracia é necessária e fundamental na análise da relação entre Estado e Sociedade, sobre cidadania, sobre cultura e sobre educação, sendo categoria básica para os Movimentos Sociais.

No momento em que se preconiza a vitória da democracia como o modelo político que o mundo vem adotando – a democracia liberal, pronta, acabada, inexorável e ditada pelos *experts* da política, da economia e do mercado – nossa posição é de inquietude e, por que não dizer, de discordância. Vale lembrar aqui o significado da

palavra democracia: *demos* - povo, *cracia* – poder. Vale lembrar, também, alguns princípios que dão conteúdo à idéia de democracia: igualdade, solidariedade, participação, liberdade, diversidade (MACHADO et al, 1996).

Surge, então, a pergunta: Será que a democracia está descaracterizada ou simplesmente o que assistimos não é democracia?

No Brasil, como em outros países, o anunciado triunfo da democracia é, na realidade, o triunfo (temporário) da economia de mercado diante de um certo conformismo generalizado da sociedade. Isso parece ser uma contradição, pois o que está em curso é um processo de diminuição da esfera pública, e não sua ampliação e qualificação; é a transferência de bens e serviços públicos para a iniciativa privada, com o pretexto que esta é mais ágil e qualificada; é o esmagamento das identidades em nome de uma “cultura global”, enquanto a democracia supõe o respeito e o reconhecimento da diversidade de identidades e culturas; é a separação cada vez maior de sociedade política e sociedade civil, enquanto a democracia nasce como deliberação comum da *comunidade política* sobre a vida coletiva. (CASTORIADIS, 1987)

Neste Capítulo, pretendemos dar mais uma contribuição na reflexão sobre democracia, examinando algumas concepções, analisando também a idéia de cidadania e as questões da autonomia, identidade e interculturalismo, com perspectiva de determinar elementos do que nesta análise entendemos por democracia.

II.1 - A idéia de democracia

A democracia - soberania do coletivo de cidadãos, do demos, que se rege por suas próprias leis e governa-se a si mesmo – é, segundo Cornelius Castoriadis, uma criação grega.

Julgar e escolher, no seu sentido mais radical, foram atitudes criadas na Grécia...É na Grécia que encontramos o primeiro exemplo de uma sociedade deliberando explicitamente acerca de suas leis, e modificando-as. (CASTORIADIS, 1987:290)

A antiga democracia ateniense era direta. A participação dos cidadãos se concretizava na Assembléia do Povo, que legislava e governava. Castoriadis aponta como aspectos principais dessa democracia: 1) O povo em oposição aos “representantes”; 2) O povo em oposição aos “especialistas da política” – os experts – ; e, 3) a Comunidade em oposição ao Estado. A cidadania se dava pela participação ativa nas deliberações da polis.

A Revolução Francesa, que têm origem no imaginário do movimento Iluminista, instituiu a idéia de democracia representativa, na qual as deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos pelo povo. Nessa concepção, a cidadania é um conjunto de direitos individuais outorgados pelo Estado.

Em função de algumas questões hoje presentes no debate político, como concepções de Estado, Sociedade e relações sociais, a democracia é uma idéia em rediscussão. Sua reelaboração teórica se dá, necessariamente, através da elaboração de uma concepção diferente daquela em que as decisões políticas, as deliberações, os direitos e deveres são instituídos por um corpo de representantes cujo único vínculo com a sociedade se dá no momento das eleições. Na democracia representativa, a sociedade, mesmo portadora de direitos, não participa do exercício do poder, dos debates e deliberações políticas.

Na crítica dos limites da democracia “representativa”, preconizada pelos modernos, é importante o cuidado em, simplesmente, defender superficialmente a idéia de democracia direta, no formato da democracia ateniense. É notório, hoje, os limites dessa proposição, pois há nas relações políticas maior complexidade, além de Estados muito maiores que a Polis Grega.

Isso não é novidade. Rousseau, em seu *Contrato Social*, afirma que sendo a democracia uma forma de governo onde todo o povo ou à maior parte do povo participa das decisões políticas, por isso “*um governo democrático convém aos Estados pequenos*”. Para o autor, “*uma verdadeira democracia jamais existiu nem existirá (...) se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Mas um governo assim perfeito não é feito para homens*”.

Entretanto, o sentido original do termo democracia – poder do povo organizado – pode ser resgatado pensando-se em uma abordagem que possa ser referência para a luta dos Movimentos Sociais.

Esse é apenas um princípio a partir do qual pode-se indagar e refletir o conteúdo da idéia de democracia. Há, ainda, outras questões que se incorporam nessa reflexão, como as relações entre raças, gêneros e culturas.

Segundo Touraine (1996), para ser democrática, uma sociedade não deve aceitar qualquer centro de organização, nem a racionalidade ou a especificidade cultural. O desafio democrático é instituir meios de fazer viver, em condições de igualdade, em conjunto indivíduos e grupos cada vez mais diferentes.

A proposição de igualdade não significa homogeneização social. Significa a possibilidade da liberdade. Significa, ainda, a possibilidade de justiça nas relações humanas, sociais e políticas. Significa um pressuposto essencial para o estabelecimento de políticas e processos que visem, concretamente, assegurar a própria igualdade. É o caso, por exemplo, das políticas que visam garantir oportunidades iguais com tratamentos diferenciados aos vários grupos sociais.

Nesse caso, a democracia seria uma dinâmica de relações capaz de possibilitar a igualdade, com respeito à diversidade. Relações entre Estado e Sociedade, Governo e Organizações Sociais, que estabeleçam metas, ações, políticas públicas e instituições capazes de concretizá-las.

Para Francisco de Oliveira, a democracia limita-se a um método que

se faz através do estabelecimento de uma trama de ações pontuais, por isso mesmo metódicas, ao longo de toda a cadeia das relações sociais. O momento, a densidade, a profundidade, o alcance das ações pontuais são decididos pelos poderes e contrapoderes que se formam na cadeia de relações sociais, num permanente recordo; isto não quer dizer, uma vez mais, completa igualdade entre os sujeitos coletivos e mesmo indivíduos; mas a ação propicia, pela sua natureza metódica, a possibilidade de anulação das desigualdades no plano processual. (Oliveira, 1991:78)

No plano político-econômico, isso significa que existe necessidade de criação de instrumentos que possam permitir a distribuição de riqueza e renda, garantir qualidade digna de vida (trabalho, segurança, saúde, educação, habitação, terra, lazer, etc.) e instituir espaços públicos de discussão e deliberação política, prestação de contas, onde os Movimentos Sociais sejam, ao mesmo tempo, geradores e parte do processo. Porém, outras dimensões devem ser observadas e consideradas no debate democrático.

No plano sociocultural, não é somente o reconhecimento de diferenças e da diversidade, mas compreender as relações culturais como relações de poder que foram estabelecidas. A compreensão dessas relações de poder discriminatórias, que são

fundamentais para a compreensão da desigualdade e exclusão social, que muitas vezes determinam a posição de classe de grupos sociais.

No plano da formação humana, e portanto, da educação, a proposição democrática aponta para a constituição de um sistema que garanta participação e acesso da população aos conhecimentos produzidos pela sociedade em seu devir histórico, ao conhecimento da diversidade e das diferenças. Aponta também para uma escola voltada à formação de cidadãos para uma nova cultura política, onde a qualificação formal, a identidade e o interesse pelos assuntos políticos, econômicos e sociais e a importância da organização coletiva, sejam compreendidas como objetivos centrais da ação educativa. Um sistema educacional democrático é, em primeiro lugar, constituído de escolas públicas.

A educação, como prática social de construção/transmissão de conhecimentos, possui um papel fundamental para a construção democrática, por que trabalha com a socialização dos indivíduos e com formação humana e, portanto, com a formação do cidadão. A escola pública é, por excelência, o lugar onde se dá esta socialização e onde se pode instituir o sentido da participação política.

Assim, podemos afirmar que deve ser objetivo das propostas, estratégias e práticas dos Movimentos Sociais, a instituição de um modelo de escola pública com uma nova qualidade, onde se possa combinar aquisição crítica de conhecimento, discussão política e toda a diversidade sociocultural, onde os valores, a forma, o conteúdo e o sentido da ação educativa pedagógica visem um novo ser e uma nova

cultura política democrática. Isso sugere que os Movimentos Sociais desenvolvam uma pedagogia fundada em critérios objetivos, seja para sua militância, seja para o conjunto da sociedade.

Se aceitamos a idéia de que as instituições públicas não podem ficar sob o controle de alguns grupos poucos, porque não podem ser privilégio privado de poucos, torna-se importante a ampliação da esfera pública, de modo que todos os diversos grupos sociais possam participar.

A ampliação e qualificação da esfera pública, a criação de espaços de participação política e formas de gestão coletiva dos fundos públicos, o reconhecimento e respeito a diversidade sociocultural, a autonomia dos sujeitos coletivos, são aspectos a serem considerados para o estabelecimento de metas das reivindicações e práticas populares por transformações mais amplas capazes de democratizar as relações e instituições sociais. Segundo Francisco de Oliveira, a educação é uma dessas instituições que se for presidida pelo mercado pode ser destruída.

Em primeiro lugar, se ela (a educação) for entregue aos critérios do mercado, então nos temos muito que pensar – isso é dizer pouco. É preciso reforçar de todas as formas a luta pela escola pública. Se o mercado, numa sociedade desse tipo, tão desigual, comandar um setor como a educação, o desastre não poderá ser minimizado. (Oliveira, 1991: 11-12)

Não é difícil perceber que é mister para um o processo de democratização da sociedade brasileira, que se opere transformações nas formas de distribuição de riquezas e nas regras do jogo político, e também de novas relações entre Estado e Sociedade, a partir de práticas e propostas vindas da própria sociedade organizada. O processo democrático demanda de sujeitos coletivos autônomos e uma nova cultura política, uma cultura democrática. Essa talvez seja a principal contribuição dos Movimentos Sociais.

Hoje, parece consenso que a democracia depende de uma cidadania participativa, mas o atendimento aos direitos da cidadania, como trabalho com salário digno, terra, moradia, saúde, educação e liberdade de expressão, é também resultado do funcionamento democrático das instituições sociais, o que depende, de um lado de projetos e de ações pontuais e planejadas, e de outro, da capacidade de mobilização e produção de debates dos Movimentos Sociais.

Os modelos políticos e econômicos “democráticos” do “mundo globalizado” são cada vez menos capazes de dar conta das demandas da sociedade, sendo, portanto, incapazes de promover a cidadania.

Esse contexto torna necessário o debate acerca das características de uma sociedade democrática e dos papéis do Estado e da sociedade organizada, e, a partir daí, uma discussão sobre o papel das instituições sociais, para que as mesmas instituições sirvam ao conjunto da sociedade. Essa discussão, além das questões econômicas, deve considerar a pluralidade de identidades culturais.

Na conjuntura política e econômica contemporânea – tempo de impasse e tensão, de culto delirante ao mercado, de estímulo ao consumo alienígena e de esmagamento de identidades – a democracia tem sido identificada com liberdades privadas, economia sem regulação, competitividade, Estado Mínimo, Cultura Global etc. O ideário neoliberal orienta as políticas. Entre outros, um de seus resultados é a transferência das responsabilidades de gestão dos bens e serviços públicos para o mercado.

Vários autores⁷ observam que uma das primeiras conseqüências quando se põe em prática essa idéia, é a destruição dos direitos sociais. De fato a economia de mercado tem se mostrado incapaz de distribuir riqueza e renda e atender direitos como os do trabalho, saúde, educação e moradia. Nas relações sociais reguladas pelo mercado não há espaço para o cidadão, mas somente para o consumidor; não há espaço para a solidariedade, mas há para a competitividade; não há autonomia, mas subserviência ao poder econômico, ao consumo desnecessário e ao processo de aculturação de massa; não há respeito às diferenças culturais, mas há estratégias culturais de homogeneização.

Em relação à educação, o acesso democrático à informação e aos conhecimentos produzidos pela sociedade, somente pode acontecer através da universalização de uma proposta de escola pública de qualidade. A instituição de uma educação democrática é

⁷ Destacamos aqui Francisco de Oliveira (1991 e 1995), Gaudêncio Frigotto (1995), Pablo Gentili(1995), Tomaz Tadeu da Silva (1996).

um grande desafio à sociedade e aos movimentos sociais no contexto contemporâneo, onde os discursos oficiais sustentam que a *globalização*, mesmo com os seus altos custos humanos e sociais, é um processo inevitável e que o *neoliberalismo*, com o discurso do fim da história, é a única política possível de regulação das relações sociais. Onde a única ética parece ser a ética do mercado, a destruição dos direitos sociais, a discriminação e a exclusão tornam-se naturais e justificáveis pelo discurso meritocrático da competitividade, eficiência, produtividade. Onde a privatização das coisas públicas - entre as quais a escola - é apresentada como uma das soluções democráticas.

Como um projeto de educação pode caminhar em horizonte democrático, tendo como referências relações políticas, econômicas, sociais e culturais onde o mercado aparece como o sujeito que impõe a direção?

Em um artigo que discute à questão da justiça, no qual toma Aristóteles como referência⁸, Cornelius Castoriadis (1997) denomina de *participável* tudo aquilo “*que não pode ser partilhável*”(p. 370), pois “*partilhar é dar excluindo: a partilha é distribuição/atribuição privativa/exclusiva. Refere-se àquilo cuja atribuição a um exclui (pela natureza das coisas ou pela lei) a atribuição a outro*” (p. 370).

Em outras palavras, *o participável* é aquilo “*a que todos devem, necessariamente, ter igual acesso*” (Valle, 1997:8). Politicamente, isso envolve

⁸ Cornelius Castoriadis, “Valor, igualdade, justiça, política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós”, in Encruzilhadas do Labirinto I (1997).

questões polêmicas, “*como as relativas ao poder político, à posse da terra e dos meios de produção, ao acesso à informação e à cultura...*” (Valle, 1997: 9).

Sendo aquilo que concerne o que, na sociedade, é *participável*, a democracia não é “*essa instituição pronta e acabada, alicerçada em ‘direitos adquiridos’ e limitada por leis inexoráveis*” (Valle, 1999:9).

Pode-se, assim, dizer que dessa forma – como algo participável – a educação pode ser afirmada como um bem social que todos devem ter acesso, ou seja, que todas as pessoas tenham a possibilidade de participar, como uma das condições da democracia e da emancipação humana. Sua concretização acontece na escola pública, que não pode ser controlada por alguns, para que não se torne privilégio de poucos.

Na lógica neoliberal, os direitos sociais - como saúde e educação - não são garantidos. Entregue ao mercado, a escola torna-se inacessível aos que não podem pagar por ela, ou seja, aos que não são consumidores. No Brasil essa parcela constitui a maioria da população. Dentro da lógica neoliberal somente têm acesso à escola aqueles que, de uma forma ou de outra, podem pagar por ela. Vale ressaltar que o status de consumidor é seletivo e, historicamente, baseia-se em variáveis como raça, gênero e região.

Para Francisco de Oliveira (1991), pensar uma proposição alternativa é, em primeiro lugar, considerar que é na esfera pública que se pode democratizar a economia e as relações sociais e, também, a educação. “*Nas condições concretas do Brasil, não*

pode haver método democrático sem a ampliação e consolidação de uma esfera pública” (p. 84). Isso nos leva a entender que, no Brasil, a esfera pública tal como a conhecemos – restrita, discriminatória, excludente e a serviço de interesses privados – precisa ser radicalmente transformada e ampliada.

Neste sentido, a construção de formas democráticas de relações sociais “*depende da presença e da constituição de fortes sujeitos sociais coletivos” (Oliveira, 1991: 86),* capazes de propor mudanças e ampliar a esfera pública, o que sugere que a construção democrática depende de Movimentos Sociais expressivos e autônomos.

Como um possível caminho para a construção de democracia, a constituição de sujeitos sociais coletivos expressivos é também construção de cidadania e emancipação humana, através da defesa de identidade sociocultural e da busca pela possibilidade participação coletiva nas decisões políticas sobre o que, em nossa sociedade, deve ser *participável.*

Na educação, entre outras coisas como reestruturação do currículo e o estabelecimento de novas formas nas relações pedagógicas, isso significa a concretização de uma proposta de escola pública, e não de *escolas de governos.* Ou seja, as deliberações e investimentos públicos em educação que, com raras exceções, ignoram a participação da sociedade na concepção e gestão da escola, no âmbito de uma democracia são deliberações cuja intervenção da sociedade organizada é crucial, cabendo aos governos apenas a sua execução.

Se uma coletividade tem por finalidade a democracia e a cidadania plenas, as reflexões, propostas e estratégias de questionamento das relações sociais que se dão no seu interior não podem se referir apenas às ações pontuais, mas aos próprios fundamentos da sociedade. Em outras palavras, uma atividade de “*permanente interrogação sobre si mesma e seus fundamentos*” (Valle, 1999:9).

Nesse sentido, é necessário que os movimentos sociais compreendam a necessidade de tornarem-se expressivos. Através da mobilização e da capacidade de produzir interrogações que sobre a sociedade, a justiça, as leis – que em nada são inexoráveis e instituídas de uma vez por todas – e os projetos políticos, econômicos e culturais, os movimentos sociais podem transformar-se em forças políticas influentes no processo de transformação e reorganização da sociedade. Reorganização que, além da igualdade de oportunidades e de acesso ao que é coletivamente produzido pela sociedade, e considerando os conceitos de autonomia e interculturalismo como elementos de um projeto democrático, resumimos em: 1) participação da sociedade organizada nas deliberações políticas e na gestão dos fundos públicos – o que nos obriga à reflexão sobre o conceito de cidadania e sobre os Movimentos Sociais como sujeitos fundamentais na mediação entre Estado e Sociedade; 2) respeito às diferenças e à diversidade étnica e cultural – o que, necessariamente, nos remete à reflexão questão das relações raciais.

II.2 - A idéia de cidadania

A cidadania é um conceito muito presente nos discursos das lutas populares, ações coletivas, práticas e propostas educativas. É também um conceito presente em diversas abordagens sobre educação.

Historicamente, as abordagens educativas dos movimentos sociais apresentam a cidadania como categoria central e um dos seus princípios fundamentais. Seja na luta pelo direito à educação formal, seja na inclusão, em sua prática interna, de uma dinâmica de estudos que têm como objetivo a formação de quadros para a organização popular, seja nas reivindicações de grupos sociais discriminados (negros, mulheres, homossexuais, etc.) por um lugar no currículo escolar, seja na luta pelo acesso à educação ou na simples consideração de que os movimentos sociais são, por si próprios, educadores da sociedade e formadores de cidadãos, o conceito de cidadania aparece como uma categoria de fundamental importância. Se a cidadania está no bojo da dinâmica, é necessário, então, elucidar e definir este termo, pois se observa a construção de várias abordagens.

Quando falamos de cidadania, o primeiro referencial histórico é a Polis grega, caracterizada pela participação dos cidadãos (os *politai*) na vida pública. Aristóteles, em sua *Política*, afirma que cidadão é aquele que exerce função pública, ou seja, aquele que participa do governo, do tribunal ou das assembleias do povo. A cidadania na Polis Grega é a participação ativa no assuntos da cidade. O que institui a cidadania ateniense é a possibilidade de ser governante e não apenas um governado.

Porém, a idéia moderna de cidadania tem raízes no imaginário Iluminista. A democracia é uma das principais categorias associadas à idéia de cidadania. uma vez que é proclamada como modelo político onde o povo participa das deliberações, a democracia que pode garantir a cidadania.

Analisando a relação entre cidadania e democracia, Benevides (1994) afirma que na democracia liberal, cidadania corresponde ao conjunto de liberdades individuais. O advento da democracia social acrescentou, aos direitos do indivíduo, os direitos sociais (educação, saúde, seguridade e previdência). Mas, segundo a autora, tanto na democracia liberal quanto na democracia social, a cidadania é outorgada pelo Estado e o cidadão é titular de direitos e liberdades em relação a este Estado. Para ela, cidadania é mais que o exercício de direitos e deveres, é o gozo de liberdades em relação ao Estado.

Considerando que cidadania é também o exercício de poder público, a autora desenvolve a idéia de Cidadania Ativa:

A cidadania exige instituições, mediações e comportamento próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público. Distingue-se, portanto, a cidadania passiva - aquela que é outorgada pelo Estado,

com a idéia moral do favor e da tutela - da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. (BENEVIDES, 1994:8)

Miguel Arroyo , numa reflexão sobre a relação entre educação e cidadania, afirma que o vínculo se dá através dos processos políticos nos quais se inserem homens e mulheres, na luta pela construção da democracia. Segundo o autor,

a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. (ARROYO, 1995: 79).

Essas abordagens nos leva a concluir que a cidadania é meio e fim da democracia. Como fim, é um conjunto de garantias, direitos e deveres instituídos pela democracia. Como meio e, portanto, como luta por democracia, sugere que os movimentos sociais podem ser entendidos como espaços educativos de formação de cidadãos. É na luta por uma vida digna, por trabalho, por direitos sociais, por afirmação de identidade, por escola pública, por relações humanas e sociais mais justas que emerge o cidadão.

Gohn (1992), aponta os Movimentos Sociais como educadores coletivos da sociedade. Analisando a relação entre os movimentos sociais e a educação a autora afirma que:

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais... O cidadão coletivo presente nos movimentos sociais reivindica baseado em interesses de coletividades de diversas naturezas. (GOHN, 1992:15-16).

Entretanto, a relação entre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania vai além de um processo pedagógico de formação ou de participação política. Na direção teórica desta análise, é a *cidadania como emancipação humana* o horizonte dessa relação. E esse horizonte deve, necessariamente, ter a *autonomia* como meio e fim. Ou seja, a luta por uma sociedade autônoma e democrática se faz com ações autônomas dos sujeitos sociais.

Assim, a cidadania pode ser entendida como sendo maior que direitos, deveres e participação nos limites do Estado. Como fenômeno emancipatório, a cidadania é constituída a partir de pilares como a economia, a participação política autônoma e a identidade cultural.

Aqui entende-se emancipação como uma combinação entre liberdade e igualdade. Ao contrário dos intelectuais neoliberais que propagam a idéia de que igualdade e liberdade são incompatíveis, é a igualdade o que possibilita a liberdade ao possibilitar garantias fundamentais, como trabalho, cuidados com a saúde, terra, moradia, lazer, expressão cultural, acesso ao conhecimento e à informação – o que é da esfera da educação.

No Brasil, as leis e os discursos oficiais proclamam que todo brasileiro é cidadão. Isso quer dizer que todos os seres humanos que vivem no Brasil têm os mesmos direitos, gozam das mesmas liberdades e chances. Sabe-se, no entanto, que isso é falso, pois a realidade social mostra uma outra situação, uma situação de profundas desigualdades.

Percebe-se que o que há no Brasil é uma igualdade abstrata, uma cidadania sem cidadãos, que se manifesta pelas relações sociais de exclusão, em milhões de pessoas que vivem em estado de miséria absoluta, nos milhões de analfabetos, na discriminação contra negros, mulheres, homossexuais e às culturas e valores não europeus. Prova de ausência de cidadania, essa exclusão pode ser facilmente percebida, pois a maioria das pessoas não participam do poder, dos debates políticos, das riquezas produzidas, da

informação e dos conhecimentos acumulados, aos mesmo tempo em que tudo isso é proclamado e “garantido” pelas leis.

Cruz (1996), constata da existência de dois tipos de cidadania no Brasil: um presente no aparato legal, na constituição, nas leis, expressa como declarações de direitos; outro presente na realidade – e que na realidade não é cidadania, mas exclusão da cidadania - considerando o quadro de miséria, violência, de milhões de analfabetos, milhões de trabalhadores sem terra, sem moradia, sem emprego, sem escola, sem cuidados com a saúde. Esse quadro, longe da possibilidade ser entendido como tipos diferentes de cidadania – simplesmente não há “cidadania de miséria” – denuncia a contradição e a distância entre a esfera formal e a esfera social e significa, na verdade, um processo de exclusão de grande parte da população daquilo que é definido como cidadania. Exclusão que está presente no conjunto das relações sociais, na lógica política e econômica atualmente dominante e reforçada pelas instituições sociais, não somente o Estado, mas também a igreja, a família, a educação e a própria cultura política da população, entre outras.

Observa-se no Brasil a existência de uma espécie de cidadania sem democracia e uma democracia sem cidadania. Pode-se dizer que a “democracia formal” do Estado Brasileiro é uma grande demagogia, pois uma realidade social com a configuração da realidade brasileira não pode ser denominada democracia. Os grupos que governam dizem ser legítimos representantes do povo e consideram-se os únicos portadores dos interesses gerais. Outros interesses, que no caso brasileiro, são os interesses dos

trabalhadores, classes populares e grupos excluídos são classificados como corporativistas, radicais, racistas etc.

A cidadania, o direito ao trabalho, o direito a uma vida digna, o direito a uma vaga na escola, o direito à saúde, em suma, o direito à vida, que estão da constituição, são direitos frontalmente negados pelos juristas, pelos tribunais, pela polícia, pelo próprio Estado que os constituiu. Até quando poderemos suportar essa dupla mensagem? (CRUZ, 1996, p. 85). [Grifos nossos]

Para os movimentos sociais, a presente reflexão é uma das bases para a construção, dentro das suas práticas, de estratégias de afirmação de identidade, questionamento e ataque às causas da exclusão, buscando o alargamento do espaço de cidadania através da elaboração de alternativas aos projetos e políticas excludentes, tanto no plano dos direitos sociais e da economia, quanto no plano das políticas culturais.

Como coletivos que se constituem com o objetivo geral de lutar pela emancipação humana - sobretudo de classes populares e grupos discriminados – os Movimentos Sociais têm um importante papel a cumprir: lutar para instituir novos valores e formas de relações políticas, econômicas e culturais. É, pois, mister que os Movimentos Sociais sejam movimentos instituintes, o que os coloca, necessariamente, diante da tarefa de elaboração de práticas e projetos alternativos para sociedade, como fundamento para suas atividades, questionamentos, reivindicações e mediações.

A cidadania, além de formalidades, normas e leis, é uma idéia que se concretiza a partir da materialização dos direitos sociais, do trabalho com remuneração digna, da participação política, da valorização da diversidade cultural.

Para além das soluções meramente verbais, a cidadania pode se efetivar a partir de projetos políticos, econômicos e culturais verdadeiramente democráticos, que tenham no conjunto de seus valores fundamentais a igualdade, a solidariedade, o respeito aos seres humanos e às culturas. Igualdade, solidariedade, respeito e valorização cultural que, como a globalização da economia de mercado e as políticas neoliberais se mostram incapazes de possibilitar, devem ser pensados como políticas de uma esfera pública democrática.

A categoria *cidadania* perde conteúdo e se reduz a uma simples formulação teórica, se não existir um conjunto de instituições sociais e políticas que tenham o objetivo de criar condições de autonomia, promovendo igualdade de oportunidades e de tratamento. Assim, os direitos a saúde, terra, habitação, previdência e, particularmente, educação não podem se materializar e chegar a todas as pessoas se não houver políticas e instituições públicas destinadas a esse fim.

II.3 – Autonomia e identidade

Castoriadis escreve que:

A autonomia é a capacidade interna de dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra. (CASTORIADIS, 1987)

A palavra autonomia vem do grego e significa capacidade de autodeterminar-se, de autorealizar-se, de “autos” (si mesmo) e “nomos” (lei). Significa elaboração das próprias leis, a partir das próprias experiências.

Tratando da dimensão social da autonomia, Castoriadis enfatiza que a autonomia só se dará numa sociedade que põe em questão não apenas as suas relações de produção, mas também as outras dimensões da estrutura social. Ganham importância outros eixos, como etnia, gênero, raça e, a partir daí, a discussão das relações de poder entre os diferentes classes, grupos e culturas presentes em uma sociedade.

É importante ressaltar que a ideia de autonomia, usando-a no sentido elaborado por Castoriadis, está associada a outras duas ideias: sujeito e identidade. Ou seja, autônomos são aqueles sujeitos (individuais ou coletivos) que constroem a própria identidade e projetos coletivos de transformação social a partir das próprias experiências.

Não há correlação necessária entre sujeito e autonomia. Podemos dar exemplos de sujeitos coletivos constituídos de identidades que a eles atribuídas. Os sindicatos do período Vargas, por exemplo, se constituíam a partir de regras e identidades não construídas pelos trabalhadores. Essa é, inclusive, uma das características dos modelos ditatoriais.

Mas, se não há relação necessária entre sujeito e autonomia, esta não pode existir sem aquele. Por isso ao buscar associar a luta dos Movimentos Sociais a idéia de autonomia e a um projeto de sociedade democrática, tomamos emprestado a noção de sujeito coletivo elaborada por Eder Sader:

Coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas. (SADER, 1996:55)

Como sujeitos coletivos, os Movimentos Sociais devem se auto-instituir e ser autônomos na elaboração e defesa da própria identidade. Mais que lutas por melhores condições de vida através do aumento do consumo coletivo de bens e serviços, os Movimentos Sociais produzem história e desenvolvem visões próprias de mundo, de convivência e dos grupos que representam, a partir de princípios como solidariedade e respeito ao outro.

Uma das principais características dos chamados Novos Movimentos Sociais é dar visibilidade a toda a pluralidade cultural, às múltiplas formas e aos diferentes grupos sociais, pelos quais a dinâmica social-histórica é constituída. Esta talvez seja uma das principais finalidades da prática político-pedagógica dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. Isso é da maior importância para a educação e para a construção da democracia no Brasil. A proclamação constitucional da igualdade serve muito mais ao processo de exclusão, na medida em que serve de argumento para escamotear as desigualdades e diferenças sócio-culturais.

Por isso faz-se necessário dar visibilidade social aos vários grupos e culturas que compõe a sociedade brasileira. O processo educativo é lugar de expressão e debate sobre toda essa diversidade.

Como Movimentos Sociais os Cursos Pré-Vestibulares Populares, atuando na afirmação de identidades, sobretudo aquelas historicamente dominadas, discriminadas e ocultadas, colocam a democracia e a educação brasileiras em questão. A originalidade do trabalho dos Cursos Pré-Vestibulares Populares está em produzir questionamentos radicais a democracia formal, produzindo debates sobre relações raciais e desigualdades sociais e uma prática político-pedagógica que vise fazer valer os direitos de cidadania das pessoas pertencentes a grupos, que mesmo juridicamente iguais aos outros cidadãos, são discriminadas e, por conta disso, não gozam das mesmas oportunidades e são excluídas.

Pode-se dizer que, no Brasil, a consolidação de relações democráticas dependem da reconhecimento e valorização de todos os grupos sociais, raças/etnias e culturas que compõe sua população, o que significa valorizar os povos e culturas de matrizes não européias.

Assim, no sentido de construir, no campo material, a igualdade de oportunidades e de tratamento, é notória a necessidade de uma reavaliação da nossa “democracia”. Para isso, é também necessário que se produza uma nova visão da sociedade, uma visão “real”, multicultural e plurirracial. Essa “nova visão” tem na educação um dos seus mais importantes pilares. Uma nova pedagogia – não só a pedagogia da escola, mas também a pedagogia da política – torna-se essencial para que a sociedade brasileira possa assumir suas múltiplas identidades e sua *verdadeira cara*.

Nesse projeto ganha força a noção de identidade, pois esta ajuda a compreender que democracia não é uniformidade e a emancipação humana requer um cenário político onde todos participem e *todas as vozes, todas possam ser ouvidas*.

Os movimento sociais, principalmente aqueles que atuam na ampliação da cidadania para determinados grupos sociais, ocupam uma posição chave para um projeto emancipatório. Ampliando essa capacidade de construir processos de identificação, produzir questionamentos e demandas, podem ampliar também sua capacidade de mobilização. Processos de afirmação de identidade podem fazer parte da pedagogia dos movimentos sociais e da formação política dos seus atores e da sociedade em geral. Desses processos também dependem os Movimentos Sociais para constituir-

se enquanto força política. Neste sentido, os Cursos Pré-Vestibulares podem cumprir um importante papel, pois

É de uma mudança antes de tudo cultural que falamos. Pois, com auto-estima e identidade em crise, não seremos capazes de construir um ambiente em que grandes idéias vicejem e grandes opções se viabilizem. (BENJAMIN, 1998:150)

Não basta combater o racismo, a discriminação, os processos de exclusão política, econômica e cultural com reivindicações ou negociações. Faz-se necessário primeiro tornar-se força política.

A produção de demandas é ponto de partida para o questionamento das instituições sociais e para a construção de novas relações políticas e culturais, novas formas de gestão e participação, novos direitos. De acordo com o pensamento de Castoriadis (1997), isso é uma questão de justiça, na medida em que coloca a lei e seus limites sob interrogação. Vale lembrar aqui a definição de justiça dada por esse autor:

uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. (CASTORIADIS, 1997)

“A democracia não é palavra vazia, é método e meta, forma e conteúdo, processo e projeto” (BENJAMIN, 1998:151). Por isso a democracia é uma permanente

construção. O seu conteúdo e propostas são construídos nas discussões, lutas concretas e requer novas bases teóricas e uma nova pedagogia para a prática política, se a meta principal dos movimentos sociais for, de fato, uma sociedade justa.

II.4 - Interculturalismo

A questão étnico-cultural vem se tornando cada vez mais relevante na discussão sobre democracia, cidadania e educação. Aliada ao domínio econômico de classe, desenvolveram-se teorias e idéias que buscaram mostrar a supremacia de uma raça sobre a outra, de uma cultura sobre a outra, de um sexo sobre o outro etc. Não é novidade que, além de determinar o lugar de classe, isso provocou e ainda provoca a dominação étnico-cultural, discriminação, a inferiorização, a marginalização, enfim, a exclusão de certos grupos sociais em favor de outros. A democracia está ligada à crítica e a superação desse fenômeno.

No Brasil, os valores são profundamente marcados pela influência do eurocentrismo. Não é difícil perceber nos pensamentos e posicionamentos dominantes a preponderância das culturas européias. Mesmo sendo uma sociedade formada a partir de várias matrizes culturais, é normal pensar e agir de acordo com os padrões europeus. Fala-se, por exemplo, que o Brasil é um país de "*alma branca, sangue índio e herança africana*"⁹. Ora, alma e herança são elementos muito diferentes, até mesmo em importância.

⁹ Globo Repórter, 14 de novembro de 1995.

Sem negar a importância da matriz européia na formação da sociedade brasileira, há que se assumir que não é a única e, muito menos, a mais importante. Portanto, há que se compreender que qualquer prática que se pretende democrática exige o reconhecimento da diferença como condição básica. A educação, em seus níveis macro e micro, não está fora desse contexto. Nesse sentido surgem idéias e conceitos que buscam explicar a diversidade e promover a convivência das diferentes e diversas culturas. Destaca-se aí o conceitos de Multiculturalismo e Interculturalismo.

Santos (1997), analisando as diferenças entre Multiculturalismo e Interculturalismo, coloca que nos Estados Unidos, se utiliza os termos “interculturalismo” e “multiculturalismo” como sendo a mesma coisa. Alguns especialistas não hesitam em traduzir um termo pelo outro. Contudo, aponta a autora, *“esta diversidade terminológica, aparentemente banal, reflete posicionamentos fortemente diferenciados”* (SANTOS,1997:10).

Alguns autores advogam que o multiculturalismo propõe o reconhecimento da existência da sociedade plural e a necessidade de se respeitar as diferenças para que tal pluralidade não provoque conflitos. Isso exige políticas de promoção das diferentes culturas, deixando de lado as relações de poder e o processo de dependência cultural que se estabelece no capitalismo globalizado.

Nessa direção outros autores, para evitar as limitações e a *posição liberal no trato com a diferença*, utilizam a expressão “multiculturalismo crítico”. Para McLarem

e Gutierrez, o multiculturalismo crítico está comprometido, acima de tudo, com a questão ética de solidariedade com os grupos dominados. Assim,

o desafio para nós educadores é desenvolver um conceito de unidade e diferença que reconfigure o sentido de diferença como mobilização política mais do que autenticidade cultural (MCLAREN E GUTIERREZ, 1996:36).

Entretanto, a crítica dos limites de algumas concepções de multiculturalismo, tem sugerido que o termo “interculturalismo” expressa melhor uma posição mais progressista em relação a questão da diferença. O argumento que tem sido usado para defender o prefixo “inter” é que este

favorece o sentido de interação, troca, descerramento, reciprocidade e solidariedade que deve existir entre as diferentes culturas (SANTOS,1997:10).

A discussão sobre interculturalismo coloca muitos e importantes desafios e oportunidades para a educação e para todos aqueles (movimentos sociais, educadores etc) que a elegeram como campo de uma luta política fundamental ao processo de transformação e construção de justiça social.

A escola, histórica e tradicionalmente, tem sido vista como cumprindo uma tarefa de homogeneização social e cultural” (SILVA, 1996c:191).

Além disso, no Brasil as políticas públicas ainda não avançaram em termos práticos, embora a Constituição de 1988 tenha avançado no que diz respeito ao tratamento da questão da discriminação e do racismo.

Em 20 de novembro de 1995, como resultado da marcha *Zumbi 300 anos* organizada por entidades do Movimento Negro brasileiro, o presidente da república baixou decreto instituindo o Grupo Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra, com o papel de *“elaborar, propor e desenvolver políticas governamentais antidiscriminatórias e de consolidação da cidadania da População Negra”* (OLIVEIRA, 1996:131).

O Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado em 1996, pela presidência da república, apresenta propostas de políticas públicas e ações governamentais que visam contribuir para a superação da problemática da discriminação e exclusão que impedem a muitos brasileiros de tornarem-se cidadãos. De acordo com o documento, o objetivo geral do programa é *“Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas e privadas e de ações sociais para a redução das grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais ainda existentes no país, visando à plena realização do direito ao desenvolvimento”*¹⁰.

Também, os novos Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam a questão da pluralidade cultural, oferecendo informações *“que contribuam para a formação de*

¹⁰ BRASIL, Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos (1996).

*novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão*¹¹.

Embora não haja esforços para por em práticas essas propostas, não se pode negar que significam avanços importantes. Avanços oriundos dos esforços e intervenções dos movimentos sociais nas instituições sociais e nas estruturas do Estado.

O Interculturalismo traz questões e idéias importantes para o debate. Esse debate, no entanto, não é simplesmente um debate sobre a possibilidade de convivência entre culturas diferentes, mas é também um debate sobre o preconceito, a discriminação e as desigualdades sócio-culturais. Mesmo que não existam critérios que permitam dizer que uma cultura e/ou uma raça é melhor que outra, há no âmbito das relações sociais, culturas e raças que foram impostas como sendo superiores e universais. Portanto, o debate sobre Interculturalismo coloca em discussão as relações de poder.

No plano educacional, a idéia de Interculturalismo aponta para um projeto que dê visibilidade a diversidade cultural, discuta as dimensões raciais da desigualdade social, os preconceitos e as relações de poder estabelecidas, de modo a conduzir processos aculturadores, de integração cultural e superação de preconceitos.

Segundo Falteri (1998), a perspectiva intercultural começa quando são criadas condições de troca, reciprocidade e reconhecimento do outro. Deixam de ser óbvios os

¹¹ BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto (1997).

projetos, as regras e práticas pedagógicas dadas como certas. O grande desafio de um novo projeto educacional é abrir-se ao que a autora chama de “*encontro com o outro*”.

O primeiro elemento desse projeto é uma pedagogia que coloque no centro os sujeitos não dominantes (por raça/etnia, por gênero, por classe social), propondo idéias e práticas coerentes com essa opção. Trata-se de uma pedagogia que discuta as relações de poder que se estabeleceram entre culturas, raças, gêneros e classes, sempre no sentido de superação da discriminação e, sem renunciar aos valores universais, avance no sentido da valorização da história, cultura, cidadania e reconstrução da auto-estima dos grupos e classes dominadas. Esse é um princípio fundamental de uma educação que pode ser desenvolvida no interior dos Movimentos Sociais.

O segundo elemento é trabalhar com a noção de identidade. Essa noção dota os projetos e práticas educacionais da responsabilidade de desenvolver o sujeito na sua totalidade e nas dimensões que o compõe.

Esses elementos, uma nova pedagogia e a processos de construção e resgate de identidade histórico-cultural, aliados à lutas de democratização do acesso ao conhecimento, através da defesa da escola pública, são para os Movimentos Sociais, pontos básicos de um projeto político.

Os movimentos sociais dos anos recentes contribuíram para dar visibilidade às múltiplas formas pelas quais a história e a dinâmica sociais são construídas pelos diferentes grupos sociais e culturais. Como resultado, descartou-se a noção de

sujeito único e privilegiado da história, ganharam importância outros eixos de movimento da dinâmica social (raça, gênero, idade) e centralizou-se a discussão nas relações de poder entre as diferentes culturais nacionais (SILVA, 1996c:190).

Há ainda uma questão em aberto sobre Interculturalismo e afirmação de identidade, que coloca uma importante interrogação sobre a relação entre cultura, cidadania e democracia: Como conciliar os direitos de igualdade dos cidadãos e os direitos à diferenças culturais?

Sobre esta questão pode-se afirmar alguns pontos: a proposta de igualdade que não considera as diferenças é arbitrária, não permite a criação, não considera a pluralidade de sujeitos nas relações; a emancipação que não se alimenta da história e da cultura popular está condenada a novas formas de dominação; a autonomia sem identidade construída pelos próprios sujeitos é, na verdade, heteronomia¹², ou seja, constitui-se a partir de identidades impostas.

A idéia de interculturalismo coloca-se, então, como um dos elementos principais na construção de alternativas democráticas para a educação, na construção de políticas, pedagogias e conteúdos curriculares em que se dê visibilidade às várias matrizes culturais, raças, etnias e sujeitos constituintes da sociedade.

¹² Para C. Castoriadis enquanto a palavra autonomia significa a legislação ou regulação do sujeito por si mesmo, a heteronomia significa a legislação ou regulação por outro que não o próprio sujeito. “*Chamo de heteronomia no domínio humano e social-histórico o estado onde as leis, os princípios, as normas, os valores e as significações são dadas de uma vez por todas e onde a sociedade, ou o indivíduo, segundo o caso, não têm nenhuma possibilidade de agir sobre eles*” (Castoriadis, 1987b).

Capítulo III

CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

III.1 – Histórico Geral dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro

Apontamos em capítulo anterior que a partir do anos 60, principalmente nos anos 70, uma série de novos movimentos sociais, de mulheres, ecológicos, culturais, de educação popular, de bairro, étnicos e outros, organizaram-se a sobre demandas específicas e como afirmação de suas identidades coletivas, reivindicando direitos, liberdade de expressão, tratamento igualitário, no trabalho, na educação, nas políticas públicas e reconhecimento e respeito às diferenças culturais.

Essas novos movimentos sociais atuam no sentido de combater as desigualdades e o autoritarismo presentes nos mais diversos aspectos na vida social, tentando estabelecer novas relações entre Estado e sociedade civil, bem como novas relações no interior da própria sociedade civil.

Dentro desse processo, surgem os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Utilizando-se do ensino dos conteúdos exigidos nos Vestibulares, esses cursos conseguem mobilizar um grande número de estudantes atraídos pela possibilidade de ingresso no Ensino Superior, especialmente nas Universidade Públicas cujos

vestibulares são verdadeiras barreiras de ingresso para estudantes de classes populares e pertencentes a grupos sociais discriminados.

Esse atrativo traz algumas possibilidades, além do ensino para o vestibular. Uma delas é o desenvolvimento de atividades de formação política, como retomada do que nos anos 70 era chamado de *Conscientização, Reflexão Crítica, Socialização de Saber* (SADER, 1988), operando como fontes de informação, aprendizado e conhecimentos políticos, históricos e culturais. Outra possibilidade é a constituição de um Movimento Social pela Educação Pública e Popular, para discutir e propor estratégias de democratização da educação de uma forma ampla, considerando os elementos econômicos, políticos, culturais e toda a pluralidade sócio-cultural presentes nas relações sociais.

No Rio de Janeiro, esse processo se inicia na segunda metade da década de 1980, precisamente em 1986, com o projeto *Universidade para Trabalhadores* da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ASUFRJ (atual Sindicato dos Trabalhadores em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - SINTUFRJ). Dentro desse projeto surge o Curso Pré-Vestibular.

A fim de alargar o campo de atuação do movimento, integrando-o à discussão dos rumos da universidade, da educação e da cultura, o projeto Universidade para os Trabalhadores propõe-se a contribuir para a formação educacional e cultural dos funcionários da URFJ e seus dependentes, dos trabalhadores sindicalizados e de moradores

das comunidades populares, através de três sub-projetos: a) Curso Pré-Vestibular; b) Curso de Alfabetização e Supletivo 1º e 2º Graus; c) Curso de Formação Sindical e Cultural. (SINTUFRJ, 1996).

Para atender os objetivos do projeto *Universidade para os Trabalhadores*, o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ incorporou em seus conteúdos, estudos básicos sobre política, economia e sociedade, na perspectiva de contribuir para o melhor e mais crítico entendimento da realidade social.

Desde seu início, o Pré-Vestibular vem se mostrando uma experiência repleta de desafios pedagógicos e políticos, que se refletem na tentativa de construir, em um ano, uma prática pedagógica que desenvolva uma consciência crítica e, ao mesmo tempo, prepare os alunos para os exames vestibulares(...) No plano político, abrimos um espaço de debate e reflexão da prática social dos alunos-trabalhadores, que busca contribuir para a formação de uma consciência de classe fundamental na vida social e na futura trajetória universitária dos nossos alunos (...) A ação política também vem se materializando em nosso fazer pedagógico, através do domínio crítico dos conteúdos transmitidos e da relação professor aluno. Objetivamos que o aluno ocupe o papel de sujeito(...). (SINTUFRJ, 1989)

Em 1990 é criado o Curso Pré-Vestibular Mangueira Vestibulares, que mais tarde passou a se chamar Associação Mangueira Vestibulares, para atender aos estudantes da Comunidade do Morro da Mangueira, no Município do Rio de Janeiro. A Associação Mangueira Vestibulares também apresenta preocupação com

desenvolvimento de uma espécie de pedagogia crítica, por considerar os cursos tradicionais como meros treinamentos.

Dado o seu caráter comunitário, a Associação Mangueira Vestibulares tem uma atuação política diferente do Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ, que tem uma preocupação claramente classista. Pode-se afirmar, de acordo com Valla (1998), que a atuação da Associação Mangueira Vestibulares baseia-se muito mais na idéia de “grupo social”, do que na idéia de “classe social”, embora esta última não tenha perdido a validade.

Em 1992, é fundado na Bahia um Curso Pré-Vestibular para preparar estudantes negros para os exames vestibulares. Este curso denominou-se Cooperativa Stive Biko, em homenagem ao líder Sul Africano, morto pelo apartheid. Esse curso se apresenta como uma forma de combate ao racismo e como afirmação de identidade. Aparece nessa proposta conceito de identidade cultural, como uma dos fundamentos do curso.

A Cooperativa Educacional Stive Biko surgiu por iniciativa de estudantes e professores negros, como o objetivo de fortalecer a luta contra o racismo (...) É uma proposta autônoma e independente, não tendo vínculo orgânico ou político. Os organizadores são das mais diversas origens (...) entretanto todos se identificam com o objetivo de combater o racismo e contribuir para a afirmação dos jovens negros. (COOPERATIVA EDUCACIONAL STIVE BIKO, 1993)

Em 1993 é a vez do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Este inaugura uma nova fase, trazendo em sua luta o debate a questão das desigualdades educacionais entre

brancos e negros. Ou seja, para os fundadores desse curso a população pobre é praticamente excluída do acesso ao ensino superior por causa da baixa qualidade do ensino destinada aos grupos sociais populares, especificamente na baixada fluminense, seja ensino público ou particular. A situação é mais grave para os(as) estudantes negros(as), pois o preconceito e a discriminação racial os colocam em situação de desvantagem, de pobreza e de exclusão social.

Além disso, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes tornou-se a experiência mais expressiva de Pré-Vestibular Popular e motivou a criação de outros cursos populares no Rio de Janeiro e até mesmo em outros Estados do Brasil. No Rio de Janeiro, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes transformou-se em uma grande organização, que aglutina dezenas de núcleos espalhados pelos municípios da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro e Petrópolis. Seu documento de princípios e objetivos, denominado internamente de *Carta de Princípios*, na descrição do histórico, diz que as reflexões da militância negra sobre educação realizadas em São Paulo, o Curso Pré-Vestibular do SINTUFRJ, Associação Mangueira Vestibulares e a Cooperativa Steve Biko foram importantes referenciais para a sua criação.

III.2 – Os Cursos Pré-Vestibulares Populares como movimentos sociais

Os Movimentos Sociais, entendidos aqui como sujeitos coletivos que se organizam com objetivo geral de lutar por emancipação humana, têm como uma das suas tarefas, além da denúncia, reivindicação e pressão sobre as classes e grupos dominantes, propor meios e procedimentos de democratização das relações sociais, formar militância. Tomemos a fala do professor Antonio Dourado, Coordenador do Coletivo de Educação Popular Zumbi dos Palmares, sobre a importância das atividades de formação política nos Pré-Vestibulares Populares:

a importância é construir a identidade de militante. Isso não se restringe ao aluno. Construir também essa identidade de militante também no professor, no pessoal que atua enquanto coordenação, para as pessoas se percebam construtores e participantes de um projeto de educação popular. As atividades de formação têm esse objetivo: construir essa cara de militante.

Mas, o mesmo professor entende que os Cursos Pré-Vestibulares Populares ainda não conseguem construir identidade:

Eu acredito que isso tem haver com as nossas expectativas com relação aos Pré-Vestibulares Populares. Eu acho que o Pré-Vestibular tem os objetivos bem definidos, mas ainda não conseguiu construir as linhas de ação. Mas a partir do

momento em que construir as linhas de ação para efetivamente conquistar esses objetivos e as pessoas começarem a ir para a rua, participar, falar e debater, começa a se construir identidade.

A emancipação humana é um projeto de construção de autonomia e identidade coletiva. Essa afirmação torna claro o papel educativo dos Movimentos Sociais, o que os define como afirmação/construção de identidade, coletivos autônomos e espaços públicos e democráticos de debates políticos, elaboração de estratégias de democratização das instituições sociais e de toda a esfera pública.

Neste sentido, as práticas dos Movimentos Sociais devem ir além da resolução de um problema específico. Concordamos com Rezende (1985), quando afirma que:

os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores de História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos.”(REZENDE, 1985)

A partir da constatação de carência e do sentimento de exclusão econômica, política e étnico-cultural, sempre presente na história brasileira, os movimentos sociais surgem como resistência e negação do modelo político existente e se organizam com o ideal básico de redefinir o espaço de cidadania, tentando transformar necessidades e carências em direitos, afirmar os grupos que representam. De acordo com Durhan (1984),

a transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço de cidadania (...). Parece que estamos vivendo um processo de construção coletiva de uma nova cidadania, definida por um conjunto de direitos, tomados como auto-evidentes, que é pressuposto da atuação política.

Por isso, nos parece que os Movimentos Sociais sinalizam para um projeto alternativo e democrático de sociedade, ao mesmo tempo fundador e resultante de um processo cujas práticas buscam estabelecer rupturas diante das várias crises da sociedade contemporânea, no que diz respeito aos seus modelos econômicos, políticos e, principalmente, culturais.

Isso nos leva a crer, concordando com Evers (1984), que as idéias de autonomia e identidade talvez sejam as bases teóricas de um processo de luta contra a heteronomia. A nível individual ou coletivo, a grande tarefa dos Movimentos Sociais consiste em fazer com que os grupos cheguem a uma percepção das suas características

e potenciais, construam sua própria identidade e, de forma autônoma, transformem-se em sujeitos de sua própria história, superando falsas identidades e discursos impostos de fora. Diante das experiências cotidianas das desigualdades, da miséria, da imposição cultural, da discriminação, do desrespeito, enfim, dos processos de exclusão e violação de cidadania, isso significa a afirmação da dignidade humana. Afirmação esta capaz de produzir sujeitos sociais expressivos e ações políticas importantes, como o Movimento dos Sem Terra (MST).

A partir da década de 1960, uma série de movimentos sociais, de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos, culturais e outros, organizaram-se a partir das suas demandas específicas e como afirmação de suas identidades coletivas. Entre outras reivindicações, defendia-se direitos a tratamento igualitário, no trabalho, na educação, nas políticas públicas e se exigia o reconhecimento e respeito às diferenças culturais. No campo da educação reivindicava-se visibilidade no currículo e denunciavam-se as práticas pedagógicas que os excluem. Esses movimentos, chamados pelas ciências sociais de “Novos Movimentos Sociais”, aparecem no cenário político abrindo novos questionamentos.

Os Cursos Pré-Vestibulares Populares são também resultado desse processo, em que vários movimentos se constituíram e, ao contrário dos intelectuais que professaram que a história chegou ao fim, novas demandas e movimentos continuaram surgindo.

Pontos em comum podem ser encontrados nas várias experiências de cursos pré-vestibulares populares. Em termos gerais, os pressupostos que fundaram esses cursos

são: as condições econômicas desfavoráveis criam sérias barreiras de acesso ao ensino superior e a dificuldade de acesso decorrente de um ensino de 1º e 2º graus que praticamente exclui os estudantes de classes populares. Acrescenta-se a esses pressupostos a questão do preconceito e da discriminação racial, que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes se esforça para colocar na agenda de luta pela democratização da educação.

Assim, torna-se importante, na perspectiva deste estudo, descrever e analisar o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, sua história, concepções, organização, práticas e conflitos.

III.3 - O Pré-Vestibular Para Negros e Carentes

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), surgiu em 1993 na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de um grupo de educadores incomodados e descontentes com as dificuldades de acesso ao ensino superior, principalmente dos estudantes de grupos populares e discriminados. Visando ainda a articulação de setores excluídos, o PVNC também se propõe desenvolver uma luta ampla pela democratização educação e contra a discriminação étnica e racial.

A idéia de organização de um Curso Pré-Vestibular para Negros nasce a partir das reflexões sobre a educação e o negro, realizadas entre 1989 e 1992, na Pastoral do Negro de São Paulo.

O primeiro resultado concreto desse debate foi a concessão de 200 bolsas de estudos pela PUC-SP. Essas bolsas foram destinadas para estudantes participantes do movimento negro. Também neste período (1992), surgiu na Bahia a *Cooperativa Steve Biko*, com objetivo de apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na Universidade.

As 200 bolsas de estudos concedidas pela PUC-SP fizeram surgir, no Rio de Janeiro, a idéia de organizar um curso para estudantes negros. No final de 1992, iniciaram-se, na Igreja da Matriz de São João de Meriti-RJ, as discussões e articulações para a organização de um curso na Baixada Fluminense, para capacitar estudantes para o vestibular da PUC-SP e das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Outras duas experiências populares de ensino pré-vestibular tiveram influência e serviram como referências para a organização do PVNC: o Curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da UFRJ e o Mangueira Vestibulares, .

A proposta se sustentava em duas constatações: em primeiro lugar, a péssima qualidade do ensino médio na Baixada Fluminense, que praticamente elimina as possibilidades de acesso do estudante da região - que é constituída em sua maioria por uma população economicamente desfavorecida e negra - ao ensino superior. Em segundo lugar, o baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 5% dos estudantes).

O grupo que iniciou a articulação para a formação do curso era composto por professores de ensino médio e um padre. Este grupo iniciou os contatos com outros professores, buscaram escolas que pudessem ceder uma sala para a realização das aulas, bem como realizaram o trabalho de divulgação e reuniões com os primeiros alunos interessados. A partir desses contatos o grupo foi se ampliando, a idéia começou a se materializar e em junho de 1993 iniciaram-se as aulas do curso. A esse curso foi dado o nome de *Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes - PVNC*.

A partir de 1994, com o sucesso e repercussão do trabalho realizado em 1993 - que obteve 34% de aprovados para a UERJ, UFRJ, UFF e PUC-RJ - outros grupos (entidades populares, entidades do movimento negro, igrejas, educadores e ex-alunos) organizaram novos núcleos do Curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

(...) 1994 foi um ano fundamental para o PVNC. Foi um ano de crescimento, de adesão de novos grupos, de novos núcleos, de muitas articulações, debates, conflitos e criação de novos espaços de debates e deliberações coletivas: A Assembléia Geral, as equipes de reflexão racial e pedagógica, o Jornal, as aulas de Cultura e Cidadania. Em 1993 foi lançado a semente, mas 1994 o ano de constituição do PVNC (...) (PVNC, 1998)

No final de 1994, o PVNC contava com mais de 20 núcleos. Desde então vários núcleos foram criados. Na última reunião do Conselho Geral de 1998, em dezembro, o PVNC contabilizava 55 núcleos, organizados nos Municípios da Baixada Fluminense e no Município do Rio de Janeiro.

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO PVNC

Diz a Carta de Princípios do PVNC, em seu início:

Esta CARTA DE PRINCÍPIOS tem por finalidade sistematizar as várias decisões tomadas pelo coletivo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), em reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Geral. Visa, principalmente, estabelecer os princípios e os objetivos a partir dos quais e pelos quais o PVNC está organizado (...) Por PRINCÍPIOS entendemos idéias, formulações, conceitos, convicções, opções políticas e regras que devem presidir o trabalho e as práticas do PVNC, bem como presidir as relações que se estabelecem entre os núcleos e com outras instituições sociais (PVNC, 1998).

Com essa definição introdutória, inicia-se a Carta de Princípios do PVNC. Em 1998, a discussão mais importante no interior do PVNC foi a construção da Carta de Princípios, que além de um processo de sistematização das deliberações, rediscussão de pontos já deliberados, discussão e aprovação de novas regras, definição de princípios e objetivos, é uma tentativa significar e construir uma identidade autônoma para o Movimento.

Nessa parte, analisaremos os princípios e objetivos definidos na Carta de Princípios, estabelecendo relações com as prática político-pedagógica do PVNC.

Na Carta de Princípios, são proclamadas como princípios **a democracia**, enfatizando que esta deve ser também uma democracia racial; **a ação afirmativa** como política cultural de identidade, ação política da sociedade e não somente políticas públicas destinadas a determinados grupos sociais; **a educação** como um dos canais de inclusão social, pertencimento à cidadania e de alargamento de oportunidades para a população pobre e discriminada, com o importante papel para a superação do racismo e da discriminação sócio-cultural, sendo portanto indispensável à construção de uma sociedade democrática; e, **a opção política** pela Universidade e Escola Públicas, gratuitas e de qualidade.

A Carta de Princípios diz ainda que, a partir dos princípios fundamentais, são objetivos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes:

- 1) Criar condições para que os estudantes discriminados, por raça, etnia, sexo ou situação sócio-econômica, concorram nos Vestibulares das Universidades Públicas, em condições concretas de aprovação e inclusão no ensino superior;*
- 2) Realizar um trabalho de formação política, desenvolvendo atividades que contribuam para compreensão histórico-crítica da sociedade, das relações raciais, das contradições e conflitos da realidade social;*
- 3) Servir de espaço público de elaboração de propostas e discussão política sobre justiça, democracia e educação;*
- 4) Lutar contra o qualquer tipo de discriminação, na sociedade e na educação; e,*

5) *Lutar pela democratização da educação, através da defesa de um modelo de escola pública, gratuita, popular, laica, pluriétnica e multicultural e de qualidade.*

A Carta de Princípios do Pré-Vestibular para Negros e Carentes é uma tentativa de estabelecer as diretrizes e metas sobre as quais os núcleos devem atuar e, principalmente, desenvolver suas aulas e atividades pedagógicas. Entretanto, os núcleos são muito mais influenciados pelas concepções dos seus coordenadores e professores. Geralmente, as preocupações da coordenação do núcleo passam a fazer parte do conjunto de professores e alunos, influenciando as relações, atividades e conteúdos.

Identificamos entre as principais lideranças do PVNC visões diferentes. Tomemos três falas sobre objetivos:

1) A primeira coisa é contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior. Esse é o ponto principal. Também contribuir para a construção de uma identidade de militante do movimento popular, construir essa cara de militante popular é importante. Intervir na universidade através desses mesmos militantes. Propor e participar de fóruns de debates dentro da universidade, discutindo questões amplas, como a relação da universidade com a comunidade, a universidade e a política econômica neoliberal da América Latina. Contribuir para a qualidade do ensino fundamental, médio e superior (Antonio

Dourado, Fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes).

2) Os objetivos do PVNC são basicamente dois. Primeiro, denunciar a péssima qualidade de ensino de 2º grau do país, sobretudo do Rio de Janeiro e na Periferia, mais especificamente na Baixada Fluminense. Em segundo lugar, resgatar a questão racial, sobretudo em função do número muito pequeno de negros que existem dentro das Universidades, até porque boa parte não consegue concluir o 2º grau e, por consequência, não chega a Universidade, o que comprova que a Universidade é elitista e excludente, elimina a possibilidade dos pobres e sobretudo dos negros. O PVNC tem um papel fundamental nesta questão, mesmo que algumas pessoas digam que o trabalho do PVNC é equivocado (José Carlos Esteves, Coordenador do Núcleo AFE, Duque de Caxias).

3) Criar um espaço onde solidariedade e busca do crescimento acadêmico dos alunos seja colocada em prática; colocar nas universidades públicas e particulares com bolsas, alunos dos núcleos que, além do saber acadêmico, tenham desenvolvido um bom saber no campo da cidadania e da cultura, passando pelos direitos humanos, constitucionais, trabalhistas etc; potencializar a disponibilidade dos professores e coordenadores como solidárias, tendo como meta criar e fortalecer a rede dos trabalhos comunitários (Frei David

Raimundo dos Santos, fundador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes e Coordenador do Núcleo da Igreja da Matriz, São João de Meriti).

Essas falas explicitam visões diferentes sobre as finalidades do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Visões que constituem campos ideológicos e instituem práticas fragmentadas entre os vários núcleos que compõe o movimento. Manoel Ribeiro, professor do movimento de 1994 a 1996, visualiza uma luta por hegemonia política, a partir da percepção da existência de dois campos ideológicos no interior do Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Campo Negro-Eclesial e Campo Amplo. Segundo o autor o Campo Negro-Eclesial é

uma tendência com discurso totalizante, mas não aglutinador, que valoriza o espaço eclesial como meio irradiador para o desenvolvimento do movimento dos “prés” (RIBEIRO,1996).

Em sua análise, o autor cita o documento “Movimento do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – Crescimento e Crise”, assinado pelo Grupo de Reflexão sobre Negros e Indígenas (GRENI) e pelos Agentes de Pastoral Negros (APN), como expressão do discurso do Campo Negro Eclesial. Esse documento apresenta como característica marcante a valorização das estruturas de instituições sociais, como espaços que devem ser colocados “(...) a serviço das vítimas históricas da nossa sociedade” (APN & GRENI, 1996). Para o autor, o documento coloca o Pré-Vestibular como hóspede em instituições já existentes e combate a idéia de um movimento

autônomo, com identidade própria. Vale lembrar que esse documento foi elaborado em 1996, no momento que se Pré-Vestibular para Negros e Carentes discutia sua institucionalização.

Sobre o Campo Amplo, Manoel Ribeiro o descreve como

uma tendência a um discurso totalizante ou aglutinador que busca um modelo híbrido de movimento, que estaria entre a autonomia, a institucionalização formal e a busca por novas relações de gestão democrática (...) O Campo Amplo é assim chamado, porque considero que este campo não está formalmente gravitando em torno de nenhuma instituição identificada (...) Nele estão pessoas de várias tradições religiosas, de vários partidos políticos, militantes de vários movimentos sociais, agnósticos etc, que fundamentalmente se caracterizam pela descentralidade (RIBEIRO, 1996).

José Carlos Esteves, um dos coordenadores do PVNC, em trabalho acadêmico intitulado “Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Projeto de Educação Alternativa ou Excludente?”, seguindo a mesma linha, observa a existência de um terceiro grupo, composto pelas pessoas menos politizadas, que preferem não se envolver com questões políticas. Esses participantes do movimento, denominados pelo autor de “independentes”, são definidos como

(...) simpáticos ao movimento, mas não envolvidos diretamente com as questões raciais, étnicas e participam pouco das instâncias e decisão (ESTEVES, 1997).

Observa-se no interior do Pré-Vestibular para Negros e Carentes uma grande pluralidade de idéias sobre o movimento e suas atividades. Os discursos de suas principais lideranças explicitam idéias fragmentadas e desiguais, visões políticas diferentes e, às vezes, conflitantes e contraditórias.

Entretanto, no plano da prática político-pedagógica poucos são os avanços do Pré-Vestibular para Negros e Carentes no sentido de concretizar os objetivos e metas proclamadas. Para Antonio Dourado, um dos fundadores do Pré-Vestibular para Negros e Carentes,

os objetivos foram delineados, mas a nível de ação isso ainda não foi efetivado. Nós precisamos rever esses objetivos e construir linhas de ação para por isso em prática.

Alguns fatores contribuem para isso, como a falta de habilidade de articulação de grande parte dos coordenadores, a pouca importância que grande parte dos participantes atribui às questões políticas do movimento e a baixa participação dos professores nos debates e decisões do movimento.

Nilton Júnior (1996), distingue os participantes do Pré-Vestibular para Negros e Carentes em Membros e Usuários. Segundo o autor,

o membro participa das Assembléias, seminários e outros momentos coletivos; frequenta assiduamente seu núcleo, toma parte das decisões coletivas, tem visão de conjunto (...) O usuário restringe-se a seu núcleo, sua visão é “aulística”, só se importa com a aprovação no vestibular, não toma parte nas decisões coletivas (JÚNIOR, 1996).

Mesmo não conseguindo expressar-se de modo unitário, as concepções, a organização e, principalmente, a prática do Pré-Vestibular para Negros e Carentes contém elementos criativos, que podem servir de base para a construção de um movimento social expressivo, capaz de se organizar em torno de um outro projeto.

ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DO PVNC

A grande maioria dos núcleos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes funcionam aos sábados, de 08:00 as 20:00 horas. Alguns núcleos funcionam durante a semana à noite. Os professores e coordenadores não são remunerados. O currículo do curso é composto pelas disciplinas e conteúdos exigidas no vestibular (matemática, física, química, biologia, história, geografia, literatura, redação. língua portuguesa, língua estrangeira).

Além dos conteúdos do vestibular, o curso conta com uma disciplina chamada de “*Cultura e Cidadania*”, que é um momento para

desenvolver com alunos e professores, debates sobre questões como: Racismo, Discriminação, Preconceito, Cultura, Ideologia, Cidadania, Democracia, Políticas Públicas, Questões da Mulher, Violência Policial, Direitos Constitucionais, Cíveis e Trabalhistas, Movimentos Sociais, Conjuntura Política e Econômica, Neoliberalismo, Globalização etc, tendo a mesma carga horária semanal das outras disciplinas. Sua construção pedagógica é diferente das demais disciplinas, pois é aberta para que o conjunto construa uma visão de si e dos outros (sociedade), numa dinâmica que engloba palestras, debates, análises de Filmes, Músicas e Textos, peças teatrais, dinâmicas de grupos etc...O objetivo da matéria CULTURA E CIDADANIA é realizar um amplo debate social-histórico, no sentido de potencializar as ações político-culturais dos educandos e educadores do PVNC, a partir/para valores humanitários e socialistas (solidariedade, igualdade e respeito aos seres humanos) e na perspectiva de desenvolver um trabalho de conscientização e formação de militância para as lutas populares por democracia e justiça social. (PVNC, 1998)

O PVNC tem a seguinte estrutura: 1) **A Assembléia Geral**, onde participam todos os membros de todos os núcleos com direito a voz e voto, e onde são debatidos os princípios, as regras e os rumos do movimento; 2) **O Conselho Geral**, composto por

dois membros de cada núcleo com direito a voz e voto, que funciona como articulador e executor das propostas aprovadas em Assembléias; 3) A **Secretaria Geral**, que representa o Movimento junto as instituições sociais, coordena as reuniões do Conselho Geral, mantém organizados os documentos e atas, e administra as finanças.

Além desses, o PVNC ainda possui outros órgãos: os grupos de reflexão pedagógica e reflexão racial, o jornal do Movimento, as comissões especiais (Negociação de Isenções, Negociação de Bolsas etc) e os Seminários de Formação.

Os grupos de reflexão têm o papel de produzir análises, propor e organizar atividades de formação e conscientização sobre a educação e as questões raciais. Embora funcionem precariamente, esses grupos têm um papel importante na construção das concepções que presidem as práticas do movimento.

As comissões, assim como a Secretaria Geral, têm o papel de representar o movimento e construir relações com outras as instituições sociais – principalmente Universidades – através da negociação.

Nos seminários realizam-se conferências, palestras, apresentações de trabalhos e debates, visando o aprofundamento de questões sobre educação, relações raciais, política, sociedade, entre outros. Os Seminários são a tentativa de desenvolver discussões político-ideológicas do Movimento. Como não são instâncias de deliberação, os seminários possuem participação menor que as Assembléias e reuniões do Conselho Geral.

As práticas pedagógicas usuais do PVNC refletem as práticas usuais dos seus professores, embora a nível de proposições apresente-se idéias para desenvolver as aulas a partir de uma pedagogia diferente, que “*vise proporcionar a apropriação crítica de conhecimentos e da história, despertar as pessoas para a necessidade de construção de uma outra sociedade*” (NASCIMENTO, 1998)..

A nível geral, as práticas do PVNC se resumem, além das aulas, em reuniões do Conselho Geral, Reuniões da Assembléia Geral, reuniões de comissões, Seminários, contatos com Universidades, com outros movimentos sociais e parlamentares. Ainda não se tornou prática do movimento as mobilizações, ocupações e reivindicações de massa.

Dessas práticas observa-se que elas quase sempre estão circunscritas às principais lideranças e a pequenos grupos, ainda que elas apresentem-se como práticas do movimento, como as negociações de bolsas de estudos com Universidades Particulares e as ações judiciais.

Contudo, as ações judiciais impetradas em 1997 e 1998 por alguns dos participantes do PVNC, foram importantes para garantir isenções de taxas de vestibular, não só para seus alunos, mas para todos os estudantes solicitantes de isenções.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes, embora constantemente divulgado pela imprensa e conhecido como uma espécie de mutirão de educação, ainda não se

tornou um movimento com expressão política. Como movimento social ainda não conseguiu construir uma identidade.

Para alguns de seus participantes, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes é visto como um projeto (da igreja católica, do movimento negro etc) e não como movimento social. Esta é uma visão que dificulta a construção de uma identidade autônoma para o movimento.

Os desafios que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – isso vale para os Pré-Vestibulares Populares, de um modo geral – terá que enfrentar são de duas ordens, para constituir-se como um Movimento Social expressivo. A primeira diz respeito a construção de sua própria autonomia e organização, definindo o papel das suas instâncias, considerando a importância de constituir espaços de deliberações coletivas, espaços de estudos e aprofundamento teórico, espaços de discussões de propostas, estratégias. Outro grande desafio está na instauração de um processo onde se possa discutir um projeto político.

III.4 - Bases de um projeto para os Cursos Pré-Vestibulares Populares

As questões discutidas até aqui indicam que a construção de relações sociais democráticas têm como exigência o fortalecimento da capacidade política dos sujeitos sociais (classes, grupos e movimentos sociais) e parte do pressuposto que há necessidade de construção de uma alternativa ao neoliberalismo e suas conseqüências, assim como há necessidade de combater a discriminação e o racismo, com a formulação projetos e práticas interculturais.

Na direção política e teórica que assumimos, consideramos que pensar uma alternativa é pensar os fins das nossas instituições. Pensar uma alternativa democrática para a educação é pensar a educação como direito de cidadania, que deve ser materializado e garantido por instituições públicas, e como elemento de emancipação e desenvolvimento das potencialidades humanas, considerando toda diversidade sócio-cultural e as relações de poder estabelecidas.

Como já foi anteriormente abordado e na perspectiva do pensamento de Cornelius Castoriadis, percebemos com ele que uma alternativa se constrói definindo objetivos e especificando suas mediações. Retomaremos, então, a questão do projeto como elemento da práxis e das atividades dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

Antes de tudo, é de uma transformação cultural que precisa passar a sociedade. Com auto-estima e identidade em crise, não se pode construir consciência política e autonomia, a partir da qual as idéias emanam e novas opções se viabilizem. Nossa

análise nos leva a perceber que, como Movimentos Sociais, o potencial dos Cursos Pré-Vestibulares Populares está no plano cultural.

Portanto, é sobre um projeto político-pedagógico que pretendemos abordar. Não se trata de detalhar medidas a serem tomadas. Não é um programa. Nossa pretensão é explicitar as bases sobre as quais pode-se indicar ações a serem desenvolvidas.

Um projeto político é um conjunto de princípios, objetivos e metas. Neste sentido, trata-se aqui de esboçarmos idéias para um projeto político-pedagógico para os Pré-Vestibular Populares.

A questão fundamental do Pré-Vestibular para Negros e Carentes - o preconceito, a discriminação e as desigualdades raciais como determinantes de exclusão - é de grande importância. É uma questão central para o entendimento da pobreza e das relações assimétricas entre grupos sociais, sendo, por isso, uma questão para o desenvolvimento da democracia.

Somos uma sociedade em que, apesar do esforço de muitas lideranças, militantes e intelectuais, a questão das relações raciais fica quase sempre num plano secundário, praticamente não aparecendo nas ações governamentais e populares. Há um pensamento quase dominante que reduz a questão racial em um problema social.

Nós afirmamos o contrário: as desigualdades sociais possuem dimensões raciais. Ou seja, para compreendermos as desigualdades sociais no Brasil, devemos

compreender as relações estabelecidas entre etnias, raças, gênero e regiões. A discriminação é determinante da posição de negros, mulheres, homossexuais, nordestinos na economia e na educação.

É inegável que as desigualdades e a discriminação da educação brasileira têm determinações econômicas e políticas. Mas há também determinantes advindos das relações de poder assimétricas entre raças, gêneros e regiões.

Toda ação transformadora se dá a partir de compromissos. Nossas referências e reflexões nos faz acreditar que no sentido da autonomia e da emancipação humana os compromissos de um projeto político, democrático, intercultural e popular, são a igualdade, a solidariedade e o respeito aos seres humanos e às diferenças. Por isso, em nosso pensamento, esses compromissos devem organizar os projetos políticos e as práticas pedagógicas dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

Esses compromissos sintetizam a nossa proposta. São indissociáveis. Formam uma unidade. Possibilitam pensar a política como criação de instituições públicas a serviço da cidadania, pois não acreditamos na democracia sem ampliação da esfera pública. Dão o sentido da construção de novas relações, verdadeiramente participativas, democráticas, inclusivas, voltadas para a edificação de uma sociedade de cidadãos, sem exclusão social, racismos e desigualdades de distribuição de riqueza, de poder e de acesso aos conhecimentos.

Novas políticas educacionais e processos educativos implicam em embates políticos de afirmação de novos valores e bases conceituais. A luta primeira é garantir escolarização básica (ensino fundamental e médio), pública e de qualidade a todas as pessoas.

Portanto, dentro de um projeto político de ação popular, passam a ser ações fundamentais a luta pela valorização da escola pública (com uma perspectiva pedagógica que considere a diversidade cultural presente na sociedade brasileira), a construção e apresentação de propostas de políticas públicas, a pressão para a participação em debates sobre as coisas públicas e, principalmente, a capacidade de gerar debates no conjunto da sociedade sobre os fins das suas instituições.

No plano pedagógico, um projeto para os Cursos Pré-Vestibulares Populares deve propor uma nova pedagogia, que além de fornecer subsídios para o Vestibular, leve o sujeito à refletir sobre os problemas da realidade social, despertando para a urgente necessidade de uma nova sociedade, fundada sobre novos valores.

A educação popular é, fundamentalmente, o momento privilegiado de reflexão crítica e sistemática sobre a realidade e a prática transformadora (...) Uma proposta de educação popular deve incluir produção de conhecimento e recuperação crítica de sua história e sua cultura (HURTADO, 1993).

Nesta perspectiva, o papel dos coordenadores e professores torna-se fundamental. No sentido que Antonio Gramsci dá ao intelectual, os coordenadores e professores têm o papel essencial de organização de cultura.

O trabalho do educador não envolve somente aspectos técnicos. Envolve também aspectos políticos e uma dimensão ética. Toda prática política fundamenta-se em um projeto político, mesmo que seja um projeto contrário aos interesses das classes populares e grupos sociais discriminados.

Torna-se necessário que o processo educativo desenvolvido nos Cursos Pré-Vestibulares Populares seja entendido como um processo criativo de apropriação de conhecimento e de desenvolvimento da capacidade de analisar criticamente as relações sociais e o contexto político, na perspectiva de formar novos militantes para o fortalecimento das lutas populares.

Além da mera transmissão de conhecimentos, a educação nos Cursos Pré-Vestibulares Populares deve ser pensada como um projeto coletivo, como um processo de transmissão e reflexão na perspectiva de fortalecimento de auto-estima, buscando desenvolver o sujeito na sua totalidade e nas dimensões histórico-culturais que o compõe.

Trata-se de uma projeto pedagógico que coloque no centro os grupos que vivem a experiência da exclusão, propondo idéias e práticas coerentes com essa opção.

É essencial trabalhar com a noção de identidade. Sem renunciar aos valores universais, pode-se caminhar no sentido de superação da discriminação e da valorização da história, cidadania e identidade sócio-cultural dos grupos e classes dominadas. Esse é o princípio fundamental da educação que deve ser desenvolvida no interior dos Cursos Pré-Vestibulares Populares.

As bases e indicações aqui esboçadas não têm a pretensão de esgotar os elementos de um projeto político-pedagógico para os Cursos Pré-Vestibulares Populares. Pretendem ser apenas uma contribuição provisória para a necessária e urgente luta pela democratização da educação.

Finalizando, vale ressaltar que o esboço de um projeto não garante sua concretização. A história mostra que nenhum movimento social concretizou um projeto sem que tivesse construído expressão política. É fundamental para os Movimentos Sociais a compreensão da luta como disputa política. Por isso, faz-se necessário tornar-se força política.

Considerações Finais

O trabalho de preparação de estudantes negros e economicamente desfavorecidos para o Vestibular é, sem dúvida, bastante importante, na medida em que representa a possibilidade de ingresso do estudante pobre e discriminado no ensino superior, principalmente em universidades públicas, onde a maioria dos estudantes são brancos e de classes média e alta.

Mas, esse trabalho é importante também aos movimentos populares que acreditam e lutam por uma educação democrática e de qualidade, na perspectiva formação de cidadãos críticos e de quadros para o próprio Movimento Social.

Os efeitos da atuação dos Cursos Pré-Vestibulares Populares podem ser verificados tanto no aumento da participação de estudantes pertencentes a grupos marginalizados e economicamente desfavorecidos nas Universidades do Rio de Janeiro, quanto no debate que tem provocado na sociedade, nas instituições públicas e nas entidades da sociedade civil, como uma tentativa de fazer com que a sociedade compreenda a assimetria entre os diversos grupos sociais e assuma o desafio de visualizar relações não excludentes, uma forma de ação de afirmação identidade étnico-cultural, de combate à discriminação e de luta contra os mecanismos de exclusão social, a partir de ações desenvolvidas pela própria sociedade de civil organizada.

Muitos são os desafios políticos que hoje estão colocados aos que acreditam que *em primeiro lugar vêm as pessoas e estas não podem ser sacrificadas*. Os efeitos excludentes da globalização e das políticas neoliberais na educação são as principais forças contra as quais devem se organizar a sociedade. Essas forças, no campo da educação, transformam a educação de direito de cidadania à bem de consumo. A escola pública passa a atuar na qualificação básica de mão de obra para atender as necessidades do “mercado”. Há uma desobrigação dos governos com a escola pública e democrática, em favor da idéia de uma escola "produtiva, eficiente e de qualidade total", adequada ao processo globalização, e o que é pior, gerenciada pelo capital privado.

Estamos, ainda, diante de um conjunto de estratégias culturais para impor novos valores e novos significados sociais. Há um processo de esmagamento de culturas e identidades. A cultura passa a ser “global”.

Para nós, formar dentro de uma concepção democrática de emancipação e desenvolvimento das potencialidades humanas, pressupõe fazer com que a sociedade perceba que o mercado é muito capaz de resolver, por exemplo, a produção de computadores, mas é incapaz de resolver questões como a educação. O mercado não é capaz de resolver as dimensões mais importantes e mais profundas da vida humana. Não é capaz de colocar as pessoas em primeiro lugar.

A constituição de Movimentos Sociais capazes de produzir novas relações sócio-culturais, questionamentos, práticas e projetos que organizem e mobilizem a sociedade em torno de questões políticas, econômicas e culturais é um grande desafio.

No campo educacional faz-se necessário um projeto que se apresente como alternativa às políticas neoliberais e que seja, sobretudo, um *Projeto Democrático e Popular* de Educação Pública. Para que as forças populares superem a mera reivindicação, é importante que apresentem propostas e práticas concretas, nos planos político e pedagógico.

Este trabalho de análise nos levou a perceber que os Pré-Vestibulares Populares, em particular o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, podem ser entendidos como ações coletivas concretas de resistência política e cultural, com a real possibilidade de constituírem um Movimento Social expressivo e dar importantes contribuições ao desafio de combater a exclusão social, a discriminação e o racismo, produzindo questões, práticas e projetos sobre novas bases para a construção de uma educação democrática, fundada da idéia de uma cidadania ativa, na igualdade, na solidariedade, no respeito aos seres humanos e a valorização da diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira, através uma visão sociocultural, pedagógica e curricular intercultural.

Por fim, é importante ressaltar que a formação e qualificação do educador ultrapassam a competência técnica. Embora esta seja fundamental, a qualificação do educador também implica a capacitação para pensar e agir politicamente, e elaborar um projeto político-pedagógico, pois *queiramos ou não, o domínio da educação, é sempre, e continuamente, o do projeto.*

Essa capacitação política é construída, principalmente, na participação em Organizações Populares e Movimentos Sociais, com propostas para a construção de um projeto de sociedade alternativo, que apresente novas bases, novas formas e novas relações que sinalizem para um socialismo possível, que hoje significa vida garantida: o direito ao trabalho, o direito à educação e à saúde, o direito à terra, o direito à identidade sócio-cultural. A luta pela emancipação, pela materialização dos direitos de cidadania é o espaço onde se dá o verdadeiro processo de formação de um educador autônomo e cidadão.

Diz Florestan Fernandes (1989):

Devemos todos (educadores, educandos, negros, mulheres, homens) nos organizar em movimentos sociais que visem destruir as barreiras raciais e sociais que são obstáculos à sua participação na economia, na sociedade, na cultura, no Estado etc (FERNANDES, 1989).

De acordo com Castoriadis, acreditamos que a história é o lugar de criação e surgimento do novo, novas formas, novos valores. Assim, continua possível a transformação da sociedade pela ação autônoma dos homens. Continua viva a possibilidade uma nova sociedade. Continua possível construir projetos em que a solidariedade e a justiça sejam os princípios organizadores. Há muito o que fazer para restituir à vida deserdados e excluídos dos seus direitos mais fundamentais.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA DE PESQUISA

AGENTES DE PASTORAL NEGROS & GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE NEGROS E INDÍGENAS. **Movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Crescimento e crise.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1996

BRASIL. **Lei No. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra – Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Governo Fernando Henrique Cardoso. **Programa Nacional de Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

COOPERATIVA EDUCACIONAL STEVE BIKO. Salvador: Mimeo, 1993.

ESTEVES, José Carlos Rodrigues **Pré-Vestibular para Negros e Carentes: Projeto de Educação Alternativo ou Excludente?** Monografia de Pós-Graduação Latu-Sensu em Raça, Etnias e Educação no Brasil. Niterói-RJ: UFF, 1997.

JÚNIOR, Nilton. **Evasão, uma questão institucional.** Trabalho apresentado no III Seminário de Formação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Rio de Janeiro, Ciep Samuel Wainer: Mimeo, 1996.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Reflexões sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos Sociais e Educação: O trabalho do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.** Trabalho apresentado no II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte, 1997.

PRÉ-VESTIBULAR PARA NEGROS E CARENTES. **Carta de Princípios.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1998.

RIBEIRO, Manoel. **A questão financeira como falso dilema.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

SANTOS, Frei David Raimundo dos. **Histórico do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1997.

SINTUFRJ. **Universidade para trabalhadores: Pré-Vestibular SINTUFRJ.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

BIBLIOGRAFIA GERAL

AMORIM, Mirtes Mirian. **Labirintos da Autonomia: A Utopia Socialista e o Imaginário em Castoriadis**. Fortaleza: Edições, 1995.

BENEVIDES, Maria Victoria de M. **Cidadania e Democracia**. São Paulo : Lua Nova, Revista de Cultura e Política, No. 33, 1994.

BENJAMIN, Cesar et. al.. **A Opção Brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUFFA, E., M. ARROYO & P. NOSELLA. **Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1995.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas-SP: Papyrus, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do Homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As encruzilhadas do labirinto III: O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **As encruzilhadas do labirinto**. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Cortez, 1993.

CRUZ, Arnaldo. **Sem-escola, Sem-terra: para uma sociologia da expropriação simbólica.** Pelotas-RS: Editora UFPel, 1996.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** São Paulo: Ed. Autores Associados, 1995.

DUARTE, Maria Betânia P. G. G.. **Negro e Educação: um estudo na Escola Pública de 1º Grau. Dissertação de Mestrado em Educação.** Rio de Janeiro: UERJ. 1997.

EVERS, Tilman. **Identidade: a face oculta dos Novos Movimentos Sociais.** São Paulo: Novos Estudos CEBRAP. p.11-23, 1984.

FERNANDES, Florestan. **O Significado do Protesto Negro.** São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: Uma Questão para a Educação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FLERI, Ronaldo Matias (Org.). **Intercultura e Movimentos Sociais.** Florianópolis: Mover/NUP, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliviera & SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. **O Jogo das Diferenças: O Multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

HOBSTAWN, Eric. **Renascendo das cinzas**. In: BLACKBURN, R. **Depois da queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HURTADO, Carlos Nuñez. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

MARQUES, Mario Osório. In VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas-SP: Papirus, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Caminhando no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MCLAREM, Peter e GUTIERREZ, Cris. **Global Politics and Local. Antagonisms: Reserarch and Practice and Possibility**. Trabalho apresentado no VII ENDIPE. Florianópolis, 1994.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. **Brasil Ano 2000: Uma nova divisão de trabalho na Educação.** Rio de Janeiro: Papéis e Cópias, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. **A armadilha neoliberal e as perspectivas da educação.** Minas Gerais: ANPED, 1991.

_____. **Estado, sociedade, movimento sociais e políticas públicas no limiar do século XXI.** Rio de Janeiro: Fase, 1994.

_____. **Alternativa democrática ao liberalismo.** In: **A Democracia como proposta.** Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

OLIVEIRA, Gessé. **A Trajetória Inconclusa do Negro na Busca da Conquista da Cidadania.** Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

RIBEIRO, Ronilda *et al.* **Subsídios para discussão do item Educação do Relatório Final do Grupo de Políticas Públicas da Pró-reitoria de Cultura e Extensão da USP.** São Paulo: USP, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Os clássicos da política.** Org. Francisco C. Weffort. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Movimento Negro e Estado no Brasil: A heteronomia dos velhos pilares.** In: **Cadernos do CEAS.** Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1997.

SANTOS, Lucíola L. C. P. **Globalização, Multiculturalismo e Currículo.** In: **I Congresso Nacional de Educação. I Caderno de Educação.** Belo Horizonte: APUBH, 1996.

SILVA, T. T da & P. GENTILI (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SILVA, T. T da & P. GENTILI (Orgs.). **Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis/RJ: Vozes. 1996.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

VALLA, Victor V. **Movimentos Sociais, educação popular e intelectuais: entre algumas questões metodológicas.** In FLERI, Ronaldo Matias (Org.). **Intercultura e Movimentos Sociais.** Florianópolis: Mover/NUP, 1998.

VALLE, Lillian do. **A escola pública e a crise do pensamento utópico moderno.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1996.

_____. **O imaginário e a instituição (da) escola pública.** Rio de Janeiro: Mimeo, 1997.

_____. **A escola e a nação.** Rio de Janeiro: Editora Letras & Letras, 1997.

_____. **Feito e a ser feito: a trajetória de uma filosofia da emancipação.** In CASTORIADIS, Cornelius. **Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V.** Tradução Lillian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

WINANT, Howard. **Repensar a raça no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, V. IX, números 1/2, páginas 113-136. 1994.